



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**POLÍCIA COMUNITÁRIA: A SEGURANÇA QUE  
QUEREMOS?  
UM ESTUDO DE CASO DA BASE COMUNITÁRIA DE  
SEGURANÇA DA RUA NOVA EM FEIRA DE SANTANA –  
BAHIA**

**Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira**

**CACHOEIRA - BAHIA**

**2016**

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

**Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins**

**CACHOEIRA - BAHIA**

**2016**

EDITAR: INSERIR "FICHA CATALOGRÁFICA"

“EDITAR: INSERIR FOLHA DA COMISSÃO ORGANIZADORA”

## **AGRADECIMENTOS**

É impossível chegar ao fim de um ciclo desta magnitude sozinho. Desta forma, gostaria de agradecer a todos que foram fundamentais nesta empreitada: a começar pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pela oportunidade de materializar esta pesquisa. A Herbert Toledo pela confiança e disposição ao orientar este estudo. Aos meus pais, Cloves de Jesus e Maria da Paixão pela preciosa educação, o que me fez chegar até aqui. A minha companheira Lane pelo apoio nos momentos difíceis e pelo amor. As minhas filhas Sarah e Rebeca pelo tempo que roubei delas. Aos meus colegas historiadores Ramon e Rafael pelo grande auxílio nesta pesquisa. A todos os amigos e irmãos fraternos que emanaram bons fluidos e que de alguma forma me apoiaram neste trabalho. Por fim, gostaria de agradecer ao Princípio Universal pela força cognitiva para concluir este desafio pessoal de uma forma justa e perfeita.

## EPÍGRAFE

*A polícia apresenta suas armas  
Escudos transparentes, cassetetes  
Capacetes reluzentes  
E a determinação de manter tudo  
Em seu lugar*

*O governo apresenta suas armas  
Discurso reticente, novidade inconsistente  
E a liberdade cai por terra  
Aos pés de um filme de Godard*

*A cidade apresenta suas armas  
Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos  
E o espanto está nos olhos de quem vê  
O grande monstro a se criar*

*Selvagem – Herbert Viana*

**POLÍCIA COMUNITÁRIA: A SEGURANÇA QUE QUEREMOS?  
UM ESTUDO DE CASO DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA  
RUA NOVA EM FEIRA DE SANTANA – BAHIA**

**RESUMO:** O presente estudo é uma análise da inserção da Base Comunitária de Segurança no espaço urbano do bairro Rua Nova, situado em Feira de Santana, Bahia. A BCS é fruto do programa Pacto Pela Vida, que segue o modelo das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, associada com o sistema de policiamento Koban, importado do Japão. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de implantação da referida BCS no município, ao relacionar os desafios e as perspectivas do policiamento comunitário na superação do paradigma do autoritarismo da Polícia Militar. A estratégia metodológica utilizada para melhor compreensão do objeto foi analisar os participantes do processo por quatro pontos de vista: o primeiro do gestor, o segundo dos policiais que atuam diretamente na localidade, o terceiro dos parceiros institucionais e o quarto dos moradores. Constatamos ao longo do estudo um paradoxo. Apesar da redução nos índices de criminalidade e melhora da sensação de segurança para população local, não existe efetivação do policiamento comunitário como o novo *ethos* da Polícia Militar, comprovando assim, que estamos longe de alcançar uma polícia adequada aos moldes da democracia.

**Palavras Chave:** Polícia; Policiamento Comunitário; Segurança Pública

**COMMUNITY POLICE: THE SAFETY WE WANT?  
A CASE STUDY OF THE NEW STREET COMMUNITY BASIS OF SAFETY IN  
FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

**SUMMARY:** The present study is an analysis of the insertion of the Community Safety Base in the urban space of the neighborhood Rua Nova, located in Feira de Santana, Bahia. BCS is the result of the Pacto Pela Vida program, which follows the model of the Pacifying Police Units of Rio de Janeiro, associated with the Koban policing system, imported from Japan. The objective of the research is to analyze the implementation process of the BCS Municipality, in relating the challenges and perspectives of community policing in overcoming the paradigm of authoritarianism of the Military Police. The methodological strategy used to better understand the object was to analyze the participants of the process from four points of view: the first one of the manager, the second of the policemen who act directly in the locality, the third of the institutional partners and the fourth of the residents. Throughout the study we find a paradox. Despite the reduction in crime rates and the improvement of the sense of security for the local population, there is no effective community policing as the new ethos of the Military Police, thus proving that we are far from achieving a police adequate to the mold of democracy.

**Key Words:** Police; Community Policing; Public security

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AISP</b>	Áreas Integradas de Segurança Pública
<b>BCS</b>	Base comunitária de Segurança
<b>CIPM</b>	Companhia Independente de Polícia Militar
<b>CVLI</b>	Crimes Violentos Letais Intencionais
<b>CVP</b>	Crimes Violentos contra o Patrimônio
<b>FNSP</b>	Fundo Nacional de Segurança Pública
<b>INDG</b>	Instituto de Desenvolvimento Gerencial
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>PNDH</b>	Programa Nacional de Direitos Humanos
<b>PIAPS</b>	Programas Sociais de Prevenção à Violência
<b>PLANESP</b>	Plano Estadual da Segurança Pública
<b>PNSP</b>	Plano Nacional de Segurança Pública
<b>PPV</b>	Pacto Pela Vida
<b>PRONASCI</b>	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
<b>RISP</b>	Regiões Integradas de Segurança Pública
<b>SECOM</b>	Secretaria de Comunicação Social
<b>SENASP</b>	Secretaria Nacional de Segurança Secretaria Pública
<b>SSP</b>	Secretaria de Segurança Pública
<b>SUSP</b>	Sistema Único de Segurança Pública
<b>UPP</b>	Unidade de Polícia Pacificadora

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1: Morador sob a mira do fuzil na invasão do Complexo do Alemão.....	30
Figura 2- Cinturão de Copacabana .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b> 0
Figura 3- Governador em revista a tropa na inauguração da BCS Calabar.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Figura 4- Efetivo perfilado para cerimônia de inauguração da unidade .....	499
Figura 5 - Inauguração da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova .....	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de homicídios nas regiões do Brasil: 2012 .....	37
Tabela 2 - Homicídios no Nordeste: comparativo 2000-2012.....	37
Tabela 3 - CVLI por bairro: Feira de Santana – Janeiro a Agosto (2013 x 2014) .....	47

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE COMUNIDADE</b> .....	18
<b>CAPÍTULO 2: POLÍCIA COMUNITÁRIA: ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....	21
2.1 Polícia Comunitária no Rio de Janeiro e os dilemas da pacificação.....	29
2.2 O Programa Pacto Pela Vida e as BCS da Bahia.....	36
<b>CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BCS RUA NOVA</b> .....	46
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PARCEIROS DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA RUA NOVA</b> .....	51
4.1 O Comandante.....	51
4.2 Os Praças .....	54
4.3. Os Parceiros Institucionais .....	57
4.4 Os Moradores .....	60
<b>CONCLUSÃO</b> .....	65
<b>ANEXOS</b> .....	70
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	74

## INTRODUÇÃO

Devido aos alarmantes índices de violência na aurora do século XXI, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia foi obrigada a reavaliar suas políticas. As novas estratégias deveriam seguir os parâmetros do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com o objetivo de fomentar novas alternativas de controle da criminalidade para intervir nas causas da violência, e promover ações de segurança pública juntamente com políticas sociais. Desse modo, o governo da Bahia estabeleceu o Pacto Pela Vida como política pública de segurança do Estado. O programa foi importado do Estado de Pernambuco, onde alcançou expressivos resultados.

A versão do Pacto Pela Vida da Bahia criou as Bases Comunitárias de Segurança, que instituiu como estratégia organizacional a filosofia de Polícia Comunitária, semelhante ao modelo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro e do Sistema Koban da Polícia do Japão, que se caracteriza pela integração do policial com a comunidade na qual ele atua.

O objeto do presente estudo é analisar a inserção da Base Comunitária de Segurança (BCS) do bairro Rua Nova em Feira de Santana, Bahia. Do ponto de vista oficial a implantação da BCS no município tem por objetivo central a redução de homicídios e o estabelecimento de mecanismos comunitários para a mediação de conflitos. Haja vista que o município está classificado em 27º lugar entre os mais violentos do mundo, com 45,50 pessoas mortas para cada 100 mil habitantes. Esse dado foi divulgado pela ONG mexicana do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal<sup>1</sup>. O Brasil tem agora 21 cidades na lista das 50 mais violentas do mundo.

Por essa razão, há relevância em analisar os desdobramentos de uma filosofia da polícia comunitária no microcosmo de uma comunidade assolada pela violência criminal. Os problemas que conduziram esta pesquisa são guiados pelos seguintes questionamentos: a partir da participação dos diversos atores sociais, como se apresentou o processo de inserção deste equipamento público de segurança no espaço urbano do território? De que forma foi

---

<sup>1</sup>Feira de Santana é a 27ª cidade mais violenta do mundo. Disponível em: <http://gazetadosmunicipios.com.br/2016/01/26/feira-de-santana-e-a-27a-cidade-mais-violenta-do-mundo/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2017.

conduzida a inclusão do policiamento comunitário junto ao bairro da Rua Nova?

Antes de prosseguirmos nessas indagações, convém salientar que a presente dissertação é inspirada pela condição de funcionário no âmbito da segurança pública, isto é, pela atuação da gestão de projetos da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova. Aos mais críticos, este fato pode logo suscitar uma indagação: será possível um representante do braço armado do Estado obter um olhar sociológico crítico e manter o mínimo de neutralidade científica sobre um tema tão complexo? Antecipando a resposta, vale salientar que em relação à criticidade considero um atributo indispensável nos estudos que servem como mecanismo de avaliação das políticas de Estado, pois a partir das demandas elencadas é que será possível a regulação das estratégias governamentais que, nesse caso específico, se refere à segurança pública.

A representação de um empecilho para a construção de uma ciência neutra no que diz respeito à minha condição de praça da Polícia Militar é infundada, pois a neutralidade científica é bastante questionável. Devemos concordar com Edgar Morin (1998) quando este diz que para haver evolução do conhecimento científico é crucial o observador se incluir como objeto da sua própria observação, se reinventar de maneira crítica e autorreflexiva na produção do conhecimento.

Em outras palavras, para fazer ciência é necessário que os cientistas se questionem com o propósito de descobrir as contradições intrínsecas às suas atividades. Consentimos também com Roger Chartier (2006, p. 8.), nas suas considerações ao ressaltar a importância de estudos no tempo presente, quando afirma que

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto [...] seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico (CHARTIER, 2006, p.8).

De uma maneira geral, as bases comunitárias de segurança foram

implantadas sem nenhum planejamento anterior que permitisse um diálogo com as comunidades. Elas vieram de cima para baixo e ainda não foram ainda tão avaliadas sob o olhar acadêmico, o que confere ao presente trabalho uma responsabilidade maior.

Ao retomar as questões que norteiam esta pesquisa, podemos afirmar que a política pública das bases comunitárias foi introduzida e anunciada pela Polícia Militar da Bahia, e tem por objetivo garantir segurança para as comunidades sob a filosofia do policiamento comunitário. De acordo com o discurso oficial do governo do Estado, essa organização se trata de um importante equipamento de segurança pública com o objetivo de promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, a fim de melhorar a integração das forças de segurança com a comunidade local. Em suma, o objetivo central com a implantação das bases foi o de reduzir a criminalidade a partir da articulação entre a polícia e o cidadão.

O referencial metodológico desta pesquisa formulou-se a partir da concepção quantitativa/qualitativa do método científico, e da fundamentação por uma revisão bibliográfica que acompanhou uma análise documental apoiada em fontes primárias, evidenciada em documentos oficiais. A presente investigação contou também com um conjunto de tabelas, gráficos, fotografias e mapas. Em síntese, dividimos esse estudo em quatro partes além desta introdução.

Ao longo da pesquisa delimitamos o conceito de comunidade para aplicá-lo ao que concebemos como polícia comunitária, a fim de prosseguir contextualizando o objeto central em sua esfera nacional, estadual, e até local. Na sequência, aplicamos uma série de entrevistas indiretas e questionários diretos com a finalidade de colher dados que foram analisados dentro dos conceitos que nortearam o presente estudo, como policiamento comunitário e comunidade.

Um dos conceitos centrais para a pesquisa é o policiamento comunitário, porém, antes de designá-lo foi necessário um melhor entendimento do conceito de comunidade. Para tal, recorreremos à análise bibliográfica ao examinar as obras de Williams (1976), Tönnies (1995), Cohen (1985) e Bauman (2003). Por conseguinte, definimos qual a concepção de comunidade que norteia este trabalho.

Definido esse conceito, analisamos no capítulo dois as concepções acerca do policiamento comunitário a partir dos estudos de Skolnick & Bayley (2006), Trajanowicz e Bucqueroux (1998), Moore (2002), Kanh(2002), Souza (2005), Dias Neto (2000), Rosenbaum (2002), Skogan (2002), Beato (1998), Greene (2002) e Mastrofski (2002). Após a análise dessas perspectivas teóricas, entendemos que o novo modelo de polícia se revela como um anseio da democracia, ainda que este seja um conceito em formação e enfrente percalços ao longo dos anos, portanto a Constituição Federal de 1988 promoveu uma nova estrutura organizacional e administrativa das forças de segurança, outorgando a responsabilidade da sociedade civil na construção do novo modelo de Segurança Pública após a redemocratização do país. Apesar da crença de que a Constituição daria novos rumos à Segurança Pública, a transição democrática não se estendeu a esta, mantendo o *status quo* policial como herança da ditadura.

Findada a conceituação, no capítulo três da pesquisa verificamos as experiências do policiamento comunitário. Em seguida discorremos sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora que foram subordinadas à conjuntura dos megaeventos sediados no Rio de Janeiro (Copa do Mundo e Olimpíadas) e seu fracasso por não ter como protagonista a sociedade civil organizada em detrimento dos interesses econômicos. Para tanto, nos apropriamos das perspectivas de Cano (2012), Zaluar (2014), Rodrigues & Siqueira (2012), Leite (2015).

Posteriormente, tratamos do contexto de criação do Programa Pacto Pela Vida e descrevemos o surgimento das 17 Bases Comunitárias, apresentando a dinâmica de implantação do policiamento comunitário no Estado da Bahia ao narrar o processo institucional de origem da BCS da Rua Nova. É importante destacarmos que as duas partes apresentadas seguem uma lógica de contextualização para melhor compreensão do nosso objeto, desse modo nos utilizamos das considerações de Zaverucha & Nóbrega Júnior (2015) Silva (2014) e Martins & Castro (2012).

Ainda como estratégia metodológica, no capítulo quatro buscamos compreender o processo de implantação da BCS Rua Nova de acordo com quatro prismas diferentes: o primeiro sob o olhar do comandante da unidade, o segundo sob a perspectiva dos policiais, o terceiro sob o ponto de vista dos

parceiros institucionais, e o quarto sob a visão dos moradores da localidade. Para esta etapa da pesquisa buscamos respaldo na coleta e análise de dados, e na aplicação de questionários qualitativos de entrevista, com o objetivo de extrair dos personagens deste estudo as respectivas compreensões do processo de instauração da BCS Rua Nova em Feira de Santana e suas contribuições para a segurança pública do município. Ao todo foram 46 entrevistados: o comandante da unidade, 10 policiais, 5 parceiros institucionais e 30 moradores.

Apesar de todas as barreiras que ajudaram a construir este paradigma nas últimas duas décadas, o policiamento comunitário ganhou visibilidade em todo o território brasileiro concomitantemente com a exaustão do modelo de policiamento profissional que ofereceu demonstrações da sua debilidade para além das expectativas da sociedade democrática contemporânea.

Em face da realidade atual da violência urbana, que exige um aparato policial nos moldes das principais democracias do mundo, cresceu o anseio na sociedade por uma polícia que respondesse de forma sensível e apropriada aos cidadãos e à comunidade, ocasião em que se passa a regulamentar o elemento constitutivo básico do conceito de cidadania: a proteção dos direitos e liberdades individuais. Este fator foi crucial para introdução do conceito de policiamento comunitário no Brasil.

## CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE COMUNIDADE

A sociedade brasileira está em meio a uma guerra não declarada. O *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*, coordenado pela Organização Mundial de Saúde, revela que 64.357 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2012, classificando nosso país como líder mundial de homicídios em números absolutos. O mesmo estudo salienta que o índice de homicídio no território brasileiro supera quase em cinco vezes a média mundial (WHO, 2014). O contexto atual aponta para uma crise na segurança pública, resultado da ineficiência das tradicionais políticas de controle e enfrentamento da criminalidade, alicerçadas em uma postura reativa de ações imediatistas, o que caracteriza os resquícios dos anos de chumbo.

No intuito de formular estratégias para o enfrentamento da violência criminal, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia importou do Estado de Pernambuco o programa Pacto Pela Vida. Mediante esta política de segurança pública surgiu as Bases Comunitárias de Segurança que instituíram como estratégia organizacional a filosofia de Polícia Comunitária, importada do modelo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro e do Sistema Koban da Polícia do Japão. Entretanto, para entender a polícia comunitária e suas intervenções sociais faz-se necessário definir o conceito de comunidade.

Para Ferdinand Tönnies (1995) a comunidade está abalizada por três aspectos: vínculos sanguíneos, proximidade espacial e afinidade espiritual. O sociólogo alemão também inclui comunidade na perspectiva de consenso e harmonia natural, pois “aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade” (TÖNNIES, 1995, p. 239). O autor argumenta que a comunidade consanguínea ou unidade de existência propende a um aprimoramento para comunidade de lugar, representada assim pela habitação comum que invariavelmente transforma-se em comunidade de espírito, evidenciada nas atividades semelhantes. O fundamento da vida em comunidade estaria na harmonia de ideias, e de grupos coesos ligados por interesses em comum.

A comunidade como nação, estado ou sociedade parece ser quase universalmente definida como positiva para Raymond Williams (1976). Em sua concepção, o termo é usado tanto em um sentido positivo, ou seja, para representar pertencimento social, bem-estar coletivo, solidariedade e apoio de redes, quanto para um sentido negativo que descreve ou categoriza os problemas sociais.

Anthony Cohen (1985) foi um dos primeiros estudiosos da comunidade a abordar criticamente o problema da “fronteira” em relação à comunidade. O autor identifica a tensão entre inclusão e exclusão na construção das comunidades, que precisam ser constituídas através das relações sociais para além das fronteiras. Ele argumenta que as comunidades implicam tanto semelhança quanto diferença, e que os limites são consolidados tanto fisicamente no cotidiano, como “nas mentes dos espectadores” (COHEN, 1985, p. 12). De acordo com ele as pessoas constroem suas comunidades simbolicamente, particularmente através da marcação “limites”, “um recurso e um repositório de sentido, e um referente de sua identidade” (COHEN, 1985, p.118).

O problema das “fronteiras” e a implicação de que comunidade sugere filosoficamente exclusão foi levado adiante pelo ex-soldado do exército soviético e também sociólogo Zygmunt Bauman (2003). Em superação à perspectiva não conflitante de comunidade, e tomando como ponto de partida o dilema da insegurança característica da sociedade contemporânea, Bauman explana que apesar da expressão comunidade soar como um lugar de harmonia, na prática a realidade é “declaradamente “não comunitária” ou até mesmo hostil à comunidade”, um processo ocasionado pelas desigualdades sociais, inerente ao modo de produção capitalista.

Bauman analisa as distintas concepções de comunidade ao argumentar que o sentido da comunidade elitizada é completamente diferente da outra comunidade, composta pelas parcelas menos favorecidas. Desse modo, o conceito de “comunidade” para cada grupo significa pretensões e experiências totalmente diferentes. O sociólogo tece críticas contundentes ao modo de vida das elites ao utilizar uma expressão denominada “secessão dos bem sucedidos” que muito se distancia do ideal de comunidade, pois significa o

distanciamento, a indiferença, e o abandono do compromisso para com os mais humildes. No entanto, as elites desenvolvem simulacros de comunidade, e optam a viver pelo modo “cool” (distanciado) como produto do caráter da “secessão dos bem-sucedidos”, como o próprio autor afirma na passagem a seguir

As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos. (BAUMAN, 2003, p.52).

De acordo com a sua afirmação leiam-se intrusos aqueles indivíduos que não orbitam no mesmo *ethos* dos abastados, pois não possuem condições de exercer suas próprias singularidades, sendo, desse modo, condenados a viver uma existência de submissão. Nesse contexto, a idealização comunitária é empregada na perspectiva de desenvolver em conjunto as soluções dos problemas sociais que não podem ser resolvidos individualmente devido à ausência de autonomia daqueles com maior vulnerabilidade social, pois

Esse traço por si só faz do “comunitarismo” “uma filosofia dos fracos”. E os “fracos”, diga-se, são aqueles indivíduos *de jure* que não são capazes de praticar a individualidade *de facto*, e assim são postos de lado se e quando a idéia de que as pessoas merecem o que conseguem obter por seus próprios meios e músculos (e não merecem nada mais que isso) toma o lugar da obrigação de compartilhar (BAUMAN, 2003, p. 56).

Para Zygmunt Bauman (2003) a comunidade deve pleitear para fazer frente às patologias da sociedade atual: “a igualdade dos recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos *de jure* em indivíduos *de fato*, e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais”. O ideal romântico de comunidade vinculada aos interesses em comum não se sustenta, pois na realidade a lógica do capital nos faz reféns de um sistema competitivo, dotados de contradições propícias à insegurança como problema crônico do mundo contemporâneo. Diante dessas perspectivas indagamos: o

que é a comunidade?

Apesar de concordarmos com a proximidade espacial sugerida por Ferdinand Tonnies (1995), o fundamento da vida em comunidade não ocorre de forma harmônica, pois é fruto das contradições sociais inerente ao tempo presente. Nisto concordamos com o posicionamento crítico de Cohen acerca das tensões sociais que inclui uns e exclui outros na construção das comunidades. Nesse sentido, cremos que a concepção mais próxima do que entendemos como comunidade é a referida por Bauman (2003), pois o ambiente comunitário diz respeito a um grupo de indivíduos com maior vulnerabilidade social, ou, como Bauman (2003) define, indivíduos *de jure*. A comunidade é uma ideologia que designa uma parcela social periférica que necessita do amparo estatal para solucionar seus problemas como, por exemplo, a violência criminal.

Apesar de estarmos buscando soluções individuais para problemas coletivos, o fenômeno da insegurança diz respeito a todos. Tal circunstância é o resultado do mundo em que vivemos: desregulamentado, flexível, plural, competitivo e repleto de incertezas. Atualmente, o entendimento que fomenta o caráter da segurança está pautado na integridade corporal e na propriedade privada.

O papel da polícia em detrimento dessa concepção de comunidade é uma questão central no policiamento moderno. Cada vez mais as forças policiais como as comunidades reconhecem o quanto umas necessitam das outras, fato que nos motiva a indagar: o policiamento comunitário é efetivo na prevenção da violência criminal? Qual a responsabilidade da polícia neste cenário? De que modo podemos alcançar a integração do policial com a comunidade que ele atua? Antes de nos aprofundarmos nestas questões, devemos definir o que entendemos por Polícia Comunitária.

## CAPÍTULO 2: POLÍCIA COMUNITÁRIA: ASPECTOS TEÓRICOS

Nos dias atuais o modelo tradicional de policiamento baseado na ostensividade, na repressão ao crime, e na busca da redução dos índices de criminalidade com o uso apenas da força e de todo um aparato militarizado se revela ineficiente e ultrapassado no combate aos mais variados tipos de crimes e violências que atinge a sociedade brasileira. O problema se agrava ao passo que a polícia, como outras instituições públicas, como as escolas e as prisões, insistem em investir em recursos e ideias tradicionais, burocraticamente seguras, mas que não funcionam mais.

A necessidade de promover a ideia de uma polícia voltada para a comunidade surgiu em contextos políticos onde as autoridades governamentais e policiais estavam desgastadas e desacreditadas, tanto pela incredulidade da população em relação à eficiência das polícias em resolver os problemas de criminalidade, quanto pela desconfiança e medo dos cidadãos em relação aos policiais cuja presença gerava conflitos. Diante disso, nos questionamos: o que fazer quando as estratégias existentes para combater a violência criminal fracassam? O policiamento comunitário surge como uma estratégia viável? Desse modo, cabe a nós primeiramente definir o conceito de policiamento comunitário.

Ao acompanhar as tendências globais de combate à violência, o Brasil inicia as primeiras experiências de mudança das instituições policiais com base no conceito de Segurança Cidadã que ressalta a noção de se viver em meio à diferença, tema de especial relevância nas sociedades contemporâneas caracterizadas pela heterogeneidade e pelo multiculturalismo. A Segurança Cidadã ressignifica a Segurança Pública, pois essa é a *práxis* de uma ordem cidadã democrática que busca controlar a violência através de formas alternativas, fato que permite à população uma convivência segura e pacífica.

O policiamento comunitário surgiu, em tese, com o compromisso de reposicionar a cidadania como objeto central da proteção estatal, alicerçado nos princípios dos Direitos Humanos. Todavia, há grande confusão dada à variedade de programas descritos como policiamento comunitário, desse modo, se faz necessário entender ponto de vistas que abarquem esse conceito

para formularmos o que acreditamos ser tal concepção.

Alguns princípios do policiamento comunitário foram teorizados pelos autores Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1999), tais são eles: 1) **Filosofia e estratégia organizacional**, que permite que a polícia e a comunidade trabalhem juntas para resolver os problemas oriundos da violência criminal; 2) **Comprometimento com a Concessão de Poder à comunidade**, prática que exige o maior comprometimento e autonomia dos policiais operacionais; 3) **Resolução preventiva de problemas, a curto e longo prazo**, pelos policiais que atendem a chamados, realizam prisões e funcionam como elo entre o cidadão e instituições públicas e privadas; 4) **Ajuda para as pessoas com necessidade específica**, que se trata de garantir novos caminhos para valorizar a vida das pessoas mais vulneráveis – jovens, velhos, minorias, pobres, deficientes, sem teto; 5) **Construção do futuro sem imposição** da ordem na comunidade, pois as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso útil para a solução de seus problemas.

De acordo com Skolnick & Bayley (2006) não há consenso acerca do seu significado de polícia comunitária, sendo por vezes utilizado para rotular programas tradicionais de policiamento, como os de vigilância de bairros e mini delegacias, visitas espontâneas de policiais às moradias, rondas a pé, etc. Conforme Marinho (2002, p. 43), o conceito de policiamento comunitário começa a ser visto como um importante mecanismo operacional, dando início à discussão em torno do papel preventivo que as comunidades podem exercer. Conseqüentemente, pondo em evidencia a crise do modelo vigente, esse fenômeno resulta na demanda por novos instrumentos de controle policial.

O novo modelo de policiamento é baseado nos laços de confiança entre o público e a polícia e na responsabilidade dos policiais em prol de uma melhor qualidade de vida nas comunidades. Elenice de Souza (2005) ressalta que a polícia comunitária é uma filosofia de estratégia organizacional e de distribuição dos serviços de polícia que tem por objetivo aumentar o poder de decisão, intervenção, e de participação de comunidades organizadas na definição, planejamento e controle desses serviços.

Para diminuir o crime e aumentar a segurança nos bairros, o policiamento comunitário põe em pauta mais uma vez a parceria de trabalho entre a polícia e a comunidade. De acordo com Moore (2002), o conceito de

policciamento comunitário pode ser mais bem entendido não como ideias já posta ou novos arranjos administrativos, mas como ideias que procuram dar um novo rumo ao policiamento na sua totalidade, nos seus objetivos e métodos.

Foram acrescentadas novas funções ao policial, pois a forma de trabalho é totalmente diferente no policiamento comunitário. De acordo com Rosenbaum (2002), as funções básicas da polícia não são esquecidas no modelo de policiamento comunitário: as prioridades é que foram repensadas para dar maior atenção para o diálogo com a comunidade e a redução do uso da força. Nessa perspectiva, o autor ressalta que:

A segurança é vista como uma mercadoria produzida pelos esforços conjuntos da polícia e da comunidade, trabalhando juntas de maneira nunca prevista ou encorajada no passado (...) o desafio para as polícias, no final do século XX e no século XXI, é descobrir modos criativos de ajudar as comunidades a se ajudarem a si próprias (ROSENBAUM, 2002, p. 39-40).

Greene (2002) sugere que o policiamento comunitário muda radicalmente a relação entre a polícia e o público, pois enfrenta os problemas subjacentes da comunidade e melhora as condições de vida dos moradores desta. Para o autor, tal fenômeno tenta reformular as preocupações com a responsabilização policial e procura alcançar a eficiência e a eficácia nos objetivos de controlar a violência criminal.

Os objetivos mais imediatos a que se propõem as distintas experiências de policiamento comunitário envolvem o aumento de sensação de segurança subjetiva da população, ou seja, um incremento da confiança em relação à polícia. Moore e Trojanowicz (*apud* BEATO, 1988) apontam que os componentes essenciais dos programas de policiamento comunitário incluem uma nova definição do papel da polícia: deve haver reciprocidade mais intensa nas relações da polícia com as comunidades, descentralização da área de comando e de serviços policiais, e alguma forma de desenvolvimento da ação civil.

Na visão de Dias Neto (2000) à medida que o policial torna-se “auxiliar” e coparticipante da comunidade, abre-se a possibilidade de uma participação

mais intensa do público nas ações policiais. As ações do policiamento concentram-se na prática da prevenção, e a polícia não aparece mais como a única responsável pelo combate à criminalidade e a violência, pois se têm como base o uso de novas tecnologias de informações e processamento de dados. Nessa perspectiva, haveria uma maior “aproximação” entre as organizações policiais e as comunidades.

Porém, não há evidências de que o policiamento comunitário tenha contribuído de alguma forma para a diminuição da criminalidade. Isso porque “frente ao enorme e estrutural problema da violência, a polícia exerce uma influência marginal” (KANH, 2002, p. 14). Mesmo assim, Kanh (2002) aponta que “o policiamento comunitário é uma das poucas unanimidades hoje encontradas na esfera da segurança pública”.

Diante das exposições citadas entendemos que não há consenso sobre o significado e atuação do policiamento comunitário, embora as múltiplas visões apresentadas possibilite formar uma concepção que ajude a entender o estudo de caso da BCS Rua Nova em Feira de Santana, Bahia. Nesse sentido, há relevância nos princípios do policiamento comunitário exposto por Trojanowicz e Bucqueroux (1999), ideias que não podem ser implantadas e depois abandonadas. Essa polícia de aproximação deve transcender o papel tradicional de autoritarismo e se estabelecer como um vetor de organização social, fenômeno que dá um novo rumo ao policiamento nos seus objetivos e métodos (MOORE, 2002).

O policiamento comunitário deve se esforçar em assegurar direitos civis para comunidades fortemente marcadas por grande desigualdade econômica e social como brasileira, e melhorar a qualidade de vida da sociedade local, como afirma Greene (2002). Em suma, o policiamento comunitário na ótica que norteia este trabalho diz respeito a um pensamento que tenta superar a cultura militarizada a partir do diálogo com a comunidade na qual ela atua, a fim de juntos desenvolver alternativas no combate à violência criminal.

O público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança e prevenção do crime. A razão para esse envolvimento comunitário é a certeza de que a polícia, sozinha, não pode manter as comunidades seguras. Acredita-se que ao abrirem as opiniões dos cidadãos, as forças policiais tornar-se-ão mais conscientes e receptivas em relação às

preocupações variadas. Então, por que essa estratégia não teve êxito a nível nacional?

As tentativas de implementação de estratégias comunitárias nas organizações policiais no Brasil, baseada no diálogo entre polícia e comunidade como alternativa eficaz à violência criminal, não cumpriram a expectativa de superação do modelo tradicional e do combate à criminalidade. Isso se deve ao fato das diferenças encontradas em cada local e aos obstáculos que interferiram nesta nova prática de policiamento.

Segundo Jerome Skolnick & David Bayley (2006) os principais empecilhos para a realização dessas estratégias estão presentes na reprodução da cultura militarizada, que ainda é muito resistente à implantação do policiamento comunitário. Dentre às características estão as seguintes: 1) as policias não confiam nas pessoas que policiam; 2) os que se engajam no trabalho policial são sempre muito jovens e o policiamento comunitário demanda um grau de maturidade emocional que provavelmente vai ser encontrado em policiais um pouco mais velhos; 3) o conflito entre policiais de rua *versus* policiais da administração no que concerne à aceitação de novas estratégias de policiamento; 4) a centralização e hierarquização dos departamentos de polícia. Os autores evidenciam problemas estruturais nas policias que precisam ser solucionados par efetivação do policiamento comunitário.

Grande parte das reformas estruturais da policia, fundamentais para uma implementação bem sucedida nas comunidades, não apresentam sinais de melhora. Outro desafio refere-se ao dilema entre combinar práticas muitas vezes não muito claras e consideradas como próprias de polícia comunitária com a função institucional e constitucional das organizações policiais. Essa questão tem sua origem na natureza vaga do próprio conceito de policiamento comunitário, que tende a significar na prática atividades muito diferenciadas. De acordo com Mastrofski (2002),

Para que as reformas cumpram as promessas técnicas de comunidades mais seguras, mais felizes e mais integradas socialmente, as mudanças estruturais devem seguir o fluxo de um ambiente que permita e reivindique tal desempenho por parte da polícia (MASTROFSKI, 2002, p. 198).

Mesmo que essas transformações estruturais de fato ocorram, as reformas do policiamento comunitário provavelmente não produzirão os resultados desejáveis se não houver algumas mudanças fundamentais tanto na tecnologia quanto no campo das organizações policiais. Também existe o obstáculo que diz respeito à dimensão política presente na prática do policiamento comunitário. Que grupo de pessoas esse tipo de policiamento representa, afinal? E com qual finalidade?

A dificuldade de lidar com as organizações policiais para a adoção do policiamento comunitário reside na estrutura e na cultura das organizações policiais. Soma-se a isto a inaptidão dos policiais; resistência dos policiais ao policiamento comunitário; resistência ao controle externo; rodízio dos policiais; ausência de unanimidade dos comandantes quanto à importância do policiamento comunitário; ausência de indicadores de avaliação; isolamento do programa de policiamento comunitário dentro da organização; resistência da população em participar do programa; crença da eficácia do modelo reativo no controle da criminalidade. Como salienta Kanh (2002), a redução da criminalidade é o que a sociedade mais espera da polícia. No entanto, existem dúvidas a respeito de até que ponto a polícia pode sozinha diminuir a criminalidade, e essas dúvidas são ainda mais intensas quando se põe em pauta o policiamento comunitário.

A polícia comunitária pode ser interpretada de maneira diferente a depender do departamento de polícia a qual ela pertence, pois isso influencia na disponibilidade de seus recursos, nas características e também nas prioridades de cada comunidade. Esses fatores fazem com que a implementação do policiamento comunitário demande um processo longo e difícil, muitas vezes até mesmo sem saber quais são os objetivos a serem alcançados e seu real impacto na prevenção e controle do crime.

Ao analisar todas essas considerações acerca do novo modelo de polícia, não se pode concluir que a ideia do policiamento comunitário não tem substância e que as limitações discutidas tornam este impossível de ser concretizado. Ao contrário, por ser uma aspiração central do policiamento numa sociedade democrática, sua prática deve ser estudada com maior profundidade, bem como suas restrições e limitações, ao passo que as forças policiais devem ser encorajadas a prevenir o crime com o apoio da

comunidade. É importante ressaltar também que qualquer mudança complexa, como a implementação do policiamento comunitário, dentro de um conjunto institucional resistente como o que pode ser identificado em muitas agências policiais, vai precisar de uma atenção maior ao meio organizacional no qual tais mudanças devem ocorrer.

A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Desse modo, o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem. Ele deve procurar fixar a atenção da organização não só nas suas operações internas, mas de preferência em como está se desenvolvendo sua cooperação com a comunidade. Tal organização deve, também, buscar tornar o policiamento mais sensível às preocupações dos habitantes. Esse tipo de policiamento vai além de mudanças de estratégias, ele representa um apelo em favor da mudança no relacionamento da polícia com o público.

Neste contexto, a “polícia interativa” é criada em alguns estados do Brasil. O projeto de policiamento comunitário do 19º Batalhão da Polícia Militar, em Copacabana, Rio de Janeiro, no início da década de 90 tinha como objetivos implementar estratégias preventivas e trabalhos informativos e educativos, no sentido de minimizar situações de risco, informar acerca dos limites da atuação policial e reduzir o medo da população. Em Minas Gerais, o policiamento comunitário iniciou-se a partir de 1993.

Para Beato (2001) as primeiras experiências em Minas Gerais não alcançaram o objetivo de aumentar a confiança da opinião pública sobre a polícia, e nem resultou em garantia de segurança e diminuição de crimes. O projeto de policiamento comunitário de São Paulo foi iniciado em dezembro de 1997, ele objetivava resolver os problemas de segurança por meio da ação conjunta da polícia e da população, ou seja, a criação dos conselhos comunitários de segurança a fim de abrir espaço para a centralidade do patrulhamento comunitário. Mesmo com os insucessos nacionais na implementação desse projeto, a confirmação dos megaeventos realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas – suscita vontade política e institucional para materializar o enfrentamento da violência criminal a partir do policiamento

comunitário.

## **2.1 Polícia Comunitária no Rio de Janeiro e os dilemas da pacificação.**

A ocupação da lacuna do narcotráfico manifesta pela ausência do Estado nas áreas de maior vulnerabilidade social se estabeleceu no Rio de Janeiro com base no controle territorial das favelas. A guerra entre as diversas facções entre si e contra as forças policiais elevou consideravelmente os índices de violência. As intervenções policiais reguladas por um modelo militarizado com incursões recorrentes tinham como consequência um número elevado de letalidades nas ações, o que não evitava o controle do território pelo crime organizado.

O Rio de Janeiro é considerado uma referência histórica na segurança pública brasileira por servir de modelo para as principais transformações na estrutura das forças policiais (HOLLOWAY, 1988). Seguindo esta premissa, foi inaugurada em dezembro de 2008 a primeira Unidade de Polícia Pacificadora na favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, zona sul da cidade.

Ao tomarem uma nova postura as forças policiais permaneceram na comunidade evitando os confrontos armados, estabelecendo assim a retomada e o controle do território pelo Estado. A tropa empregada no novo modelo de policiamento era composta de policiais recém-admitidos na Polícia Militar, sendo formados pelos princípios da polícia comunitária. Dois meses depois foram implantadas mais duas UPPs, no Batan e na Cidade de Deus.

A partir da experiência das três unidades, o Estado e a opinião pública passaram a considerar que o novo modelo de policiamento poderia significar a solução encontrada para controlar a violência criminal nas favelas cariocas. Os resultados fornecidos pela Secretária de Segurança Pública e a notável campanha midiática, respaldada pela opinião pública, credenciaram a iniciativa privada a abraçar o projeto e fomentar em larga escala a implantação de UPPs. Passado quase dois anos desde a instalação da primeira UPP a cidade já contava 13 unidades. Este movimento culminou na maior operação militar realizada em comunidades cariocas, no Morro do Alemão, que pode ser considerada um marco na retomada e controle territorial das favelas cariocas.

Esta operação representou um marco na nova política de segurança pública do Rio de Janeiro. A intervenção militar fomentou o sistema de UPPs que cometeu o equívoco de não levar em consideração que as favelas eram fruto da desigualdade social, sendo historicamente tratadas como zonas perigosas por estarem sempre às margens do sistema de urbanização da cidade, comunidades impactadas pelo “*apartheid* social”.

Fotografia 1: Morador sob a mira do fuzil de um policial durante a invasão do Complexo do Alemão



Fonte: The Guardian<sup>2</sup>

Participaram desta operação: 800 soldados da Brigada de Infantaria Paraquedistas do Exército, 300 agentes da Polícia Federal e 1300 homens das polícias Militar e Civil. A ação cumpriu o procedimento padrão utilizado para implantação de UPPs em territórios dominados pelo crime organizado, conforme constatado a seguir

O processo de ocupação ocorre, em um momento inicial chamado de “intervenção tática”, com a entrada de agentes do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Bope/PMERJ) e do Batalhão de Polícia de Choque – BPCoque, também da PMERJ. Nas intervenções desses batalhões especiais em situações que visam à implantação de UPPs, a regra não tem sido o confronto, mas a prisão de criminosos e a apreensão de armamentos. A segunda etapa do processo de implantação é oficialmente

---

<sup>2</sup> Disponível em:

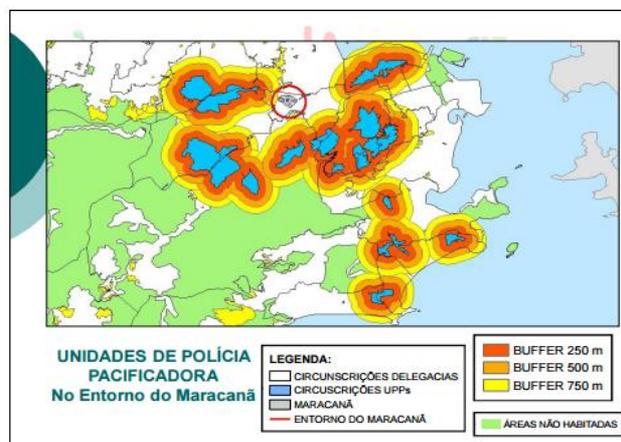
<http://www.theguardian.com/world/gallery/2010/nov/28/brazildrugs-trade>

chamada de “estabilização”, na qual prosseguem as intervenções táticas mescladas com ações de cerco à área abrangida pelas UPP. Ocorrem, nessa fase, rondas e intervenções que visam à garantia do controle territorial, além das prisões de criminosos remanescentes que tenham mandatos expedidos (RODRIGUES & SIQUEIRA, 2012, p. 11).

Fica explícito que não houve diálogo com a sociedade civil organizada, o que evidencia que as políticas de segurança pública foram voltadas para os interesses do consórcio constituído pela iniciativa privada e o Estado, que visavam os lucros que poderiam alcançar com os milhares de turistas presentes nos megaeventos sediados na “cidade maravilhosa”. Tal fenômeno legitimou a ideologia de uma “cidade segura” através de uma intensa propaganda midiática.

De acordo com a Coordenadoria de Polícia Pacificadora da PMERJ, até o ano de 2012, passado dois anos da invasão do Alemão, o Rio de Janeiro já contava com 19 UPPs. O professor Ignácio Cano (2012), avaliando o impacto das UPPs no Rio de Janeiro, ressalta que houve uma clara seletividade no critério de implementação das unidades, com favorecimento para as áreas de notoriedade no contexto dos mega eventos como: a Zona Sul, área turística e composta por bairros de classe média alta; o Centro da cidade, com notória atividade comercial e uma alta população flutuante; e a Zona Norte denominada ‘Cinturão da Tijuca’. O cinturão da Tijuca está situado ao redor do estádio de futebol do Maracanã, sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, como ilustra o mapa da Figura 1.

Figura 1 - Cinturão de Copacabana



Fonte: Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ)

A evidente seletividade na implantação do sistema de UPPs denota que os critérios escolhidos priorizaram mais aspectos econômicos do que propriamente a população de maior vulnerabilidade social. Apesar do projeto se voltar para os setores mais pobres da sociedade, na prática as intervenções seguiram a lógica do capital indo na contramão dos princípios norteadores do policiamento comunitário elencados por Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1999).

Para Alba Zaluar (2014, p. 8-9), os resultados modestos das UPPs estão relacionados à própria engenharia institucional da segurança pública, que pouco se desenvolveu. A antropóloga elenca seis obstáculos que devem ser superados para o êxito das UPPs, são eles:

1 - A segregação entre os sistemas policial, judicial e de execução penal, além das divisões dentro de cada um desses sistemas, o que provoca dificuldade na comunicação e cooperação entre seus diversos órgãos e corporações, produzindo conflitos entre os agentes públicos e o consequente isolamento na ação.

2 - A estratégia das demais políticas de segurança que continua sendo de combate ao criminoso ou “bandido” ou de guerra às drogas visto que não ter havido mudança na legislação e na política relativa àquelas substâncias que permanecem ilegais e que continuam demandadas como fonte de prazer imediato por setores da população. A militarização tem mais a ver com os armamentos pesados e a política de caça ao bandido do que com o nome “militar” de uma das quatro polícias existentes no país.

3 - O foco do sistema de justiça no país e no estado continua sendo a punição de criminosos e a vigilância da população, especialmente dos que habitam as áreas mais desprovidas de serviços públicos e onde se concentram os mais pobres, menos escolarizados e mais desempregados.

4 - Ausência de um etos profissional pelo qual os policiais se entendam e ajam como atores na constituição do espaço público no estado democrático de direito.

5 - A predominância de ações reativas baseadas na repressão dos mais despossuídos, portanto sem modelo de investigação, baseado na racionalidade com princípios, normas e regras básicos claros para todos os agentes e, sobretudo, para aqueles que são o objeto da ação policial.

6 - Pouco ou nenhum planejamento nas novas estratégias adotadas para minorar os problemas anteriores nem discussão dos novos problemas (ZALUAR, 2014, p. 8-9).

Outro ponto crítico no projeto de criação das UPPs foi a falta de uma pauta social para os territórios retomados em razão de o Estado limitar sua intervenção ao poder de polícia. Esse fato negligenciou as determinações do Programa Nacional de Segurança Pública em Cidadania (PRONASCI) de sistematizar procedimentos para prevenção e controle da violência criminal, vinculadas às políticas sociais. Uma vez detectada a lacuna é lançado o programa UPP Social, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos com o objetivo de realizar ações sociais em consonância com a prática policial nas áreas historicamente assoladas pelos altos índices de criminalidade. O programa UPP Social está fundamentado em seis linhas de ação, sendo estas,

Redução da Pobreza: as ações englobam projetos de transferência de renda, segurança alimentar e apoio para aproveitamento de oportunidades (crédito educativo, transporte subsidiado etc.) Desenvolvimento Humano: esse eixo diz respeito a aperfeiçoamento dos serviços universais e segmentados de saúde e educação; multiplicação das condições de acesso à informação; oferta de oportunidades culturais e esportivas e de desenvolvimento de talentos. Inclusão Produtiva e Dinamização Econômica: iniciativas para a ampliação e aperfeiçoamento dos programas de formação e colocação profissional; cooperação com empresas baseadas no entorno de cada comunidade; ofertas de alternativas de crédito, assistência técnica e expansão de atividades de empreendedores e serviços locais. Qualidade de Vida: o conjunto de projetos de apoio e valorização de equipamentos e serviços locais de cultura, esporte e lazer; facilitação do acesso a equipamentos e serviços localizados no entorno das comunidades e no restante da cidade. Diversidade e Direitos: orientação e promoção do acesso a serviços de garantia de direitos e apoio a grupos vulneráveis segundo recortes diversos (gênero, raça, orientação sexual, pessoas com deficiência, religião e grupos etários). Infraestrutura: envolve o conjunto de ações de promoção de melhorias na infraestrutura urbana, viária e econômica local e implantação ou aprimoramentos dos serviços regulares de conservação urbana e ambiental (HENRIQUES & RAMOS, 2010, p. 3).

As favelas cariocas não são completamente desprovidas de intervenções sociais. Tal situação gera um paradoxo, pois a ausência do Estado e “presença” não coordenada de centenas de projetos são muitas vezes desenhadas para compensar a fragilidade das políticas públicas. O programa compensa o descaso do Estado em relação à falta de infraestrutura e serviços públicos de qualidade, na tentativa de consolidar o processo de pacificação proposto pelo plano de ação que havia fracassado.

Como observado, não se trata da ausência de projetos sociais nas favelas, o problema é que essas plataformas quase sempre sobrevivem de maneira caótica sendo evidente a “descontinuidade, a fragmentação e a baixa qualidade das políticas e serviços públicos à disposição daquelas populações” (HENRIQUES & RAMOS, 2010, p. 8). É neste contexto que surge o programa UPP Social configurado como um órgão de elaboração e gerenciamento das pendências levantadas, se transformando no principal canal de interlocução com moradores, empreendedores, gestores públicos e organizações comunitárias, com o objetivo de consolidar a pacificação e o desenvolvimento das áreas beneficiadas.

A socióloga Maria Pereira Leite (2015), ao analisar os impactos da UPP Social após sua implementação, demonstra que passado um ano o programa já mostrava sinais de “franco desgaste”. Atualmente o programa é dirigido pela economista Eduarda La Rocque e, em agosto de 2014, alterou seu nome para Rio + Social, sob o argumento de que a designação anterior poderia restringir a dimensão das ações da prefeitura dentro dessas comunidades e dificultar o entendimento da população.

Segundo a pesquisadora, os moradores das localidades alcançadas pela UPP Social se queixam da falta de inoperância, característica dos trâmites burocráticos que emperram o processo. “As interpretações correntes (na mídia e entre o senso comum *savant*) atribuíram este fato à vitória da dimensão militar do projeto UPP e ao caráter pouco efetivo da proposta de “inclusão social” dos *favelados* por parte do Estado” (LEITE, 2015, p. 5).

Mesmo diante das mazelas observadas, não podemos deixar de reconhecer os avanços na política de segurança pública do Rio de Janeiro proporcionada pelas UPPs. O principal respaldo do novo modelo de policiamento é a considerável redução de homicídios nos territórios alvo do

programa. Ao analisar o impacto das UPPs quando já havia 13 unidades inauguradas Ignácio Cano (2012), aponta os resultados positivos não só nos crimes contra a vida, mas na redução de autos de resistência efetuados pela polícia:

A primeira e mais óbvia comparação é o contraste entre o número de casos (vítimas ou ocorrências, dependendo do tipo de crime) antes e depois da entrada das UPPs. (...) O número (taxa) de mortes violentas por comunidade e mês passa de 1 a 0,25, ou seja, experimenta uma redução de quase 75%. Dentro destas categorias, duas subcategorias são monitoradas de forma específica. A redução é mais moderada para os homicídios dolosos e mais intensa para as mortes em intervenções policiais, que passam de 0,5 por mês a quase zero. Em outras palavras, há uma redução notável das mortes violentas e, dentro delas, especialmente daquelas decorrentes de intervenção policial. (CANO, 2012 p.32)

Com a mudança de enfrentamento da violência criminal por parte da polícia na substituição da estratégia de incursões militares ocasionais pela ocupação permanente das favelas, o Estado conseguiu diminuir a violência com a suspensão do ciclo de mortes. Podemos considerar que este “cessar fogo” seja o maior legado das Upps, como comprova a pesquisa realizada por Rodrigues & Siqueira (2012) que analisou a opinião dos moradores beneficiados pelo programa:

Uma UPP produz algumas mudanças na vida cotidiana das pessoas que vivem nas favelas que recebem essas unidades de policiamento, que são percebidas de modo quase imediato. O cessar-fogo e a presença policial permanente são dois fatores cujas implicações são sentidas mais rapidamente. Nas muitas conversas e entrevistas que realizamos no trabalho de campo da presente pesquisa, quando o assunto eram as mudanças mais percebidas pelos moradores com a implantação das UPPs, o que estamos chamando aqui de cessar fogo era a resposta mais recorrente (quase universal) de nossos interlocutores. (RODRIGUES & SIQUEIRA, 2012, p.15).

Apesar do aparente sucesso com a redução dos confrontos armados entre o crime organizado e a polícia, ainda devemos nos manter reticentes com o programa, pois

Há várias diferenças entre o modelo da UPP e os princípios tradicionais do policiamento comunitário. Entre elas, o funcionamento interno da UPP é fortemente centralizado, o projeto não possui instâncias formalizadas de interlocução comunitária para além do Café Comunitário comum em muitos batalhões, e não adota as prioridades da comunidade na área de segurança como próprias. Em suma, o projeto das UPPs é vertical, de cima para baixo, e de fora para dentro das comunidades, que não possuem muita influência na sua concepção e na sua aplicação (CANO 2012, p. 174).

Mesmo o programa sendo resultado da experiência prática e não de uma prévia elaboração, as UPPs representam uma superação de paradigma por estabelecer um novo ciclo nas políticas de segurança pública ainda que com muitas deficiências estruturais. Apesar da diminuição da violência criminal, a UPP cometeu dois equívocos cruciais: 1) priorizou os interesses econômicos em detrimento do social; 2) não dialogou com a comunidade na qual atuava. Mesmo assim, o projeto foi apropriado pelo Estado da Bahia com o nome de Base Comunitária de Segurança. Quais os desdobramentos do policiamento comunitário com relação à realidade baiana?

## **2.2 O Pacto Pela Vida e as Bases Comunitárias de Segurança da Bahia**

O programa Pacto Pela Vida (PPV) foi originado primeiramente no estado de Pernambuco em 2007, constituindo-se como uma política pública de segurança, formulada em cooperação com a sociedade e conectada com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os municípios e a União. A finalidade do projeto era promover uma soma de ações de curto, médio e longo prazo, com o propósito de obstruir o crescimento da violência criminal fomentando um ininterrupto processo de redução dos indicadores. Para isso, o PPV foi distribuído entre quatro linhas de ação:

1) ampliar e qualificar a defesa social; 2) melhorar a administração prisional e promover a ressocialização; 3) implementar a prevenção social da criminalidade; 4) promover a articulação entre os atores do sistema de contenção criminal (ZAVERRUCHA & NÓBREGA JÚNIOR, 2015 p.241).

O PPV colocou o estado pernambucano na contramão do aumento dos crimes contra vida, que no referido contexto outorgava ao Nordeste o título de região mais violenta do Brasil, com a taxa de 39 casos por 100 mil habitantes. A média nacional foi de 29/100 mil. Exceto as regiões Sul e Sudeste que apresentaram números inferiores à média nacional como evidencia a Tabela 1.

**Tabela 1 - Taxas de homicídios nas regiões do Brasil: 2012**

<b>Regiões</b>	<b>Taxas (por cem mil habitantes)</b>
<b>Norte</b>	37,2
<b>Nordeste</b>	39
<b>Sudeste</b>	21
<b>Sul</b>	24
<b>Centro-oeste</b>	38
<b>Distrito Federal</b>	36
<b>Brasil</b>	29

Fonte: SIM, DataSUS, IBGE (Censo 2010). Tabela e cálculo das taxas feitos por Nóbrega Jr (2014).

Fazendo um comparativo dos índices de homicídios na Região Nordeste, entre os anos 2000 e 2012 percebe-se acréscimos nos percentuais na ordem de 126,9% em números absolutos e de 101,3% nas taxas por 100 mil. A Bahia contribuiu de forma significativa para o impacto negativo desses dados, com destaque para o alto percentual nas taxas de homicídios por 100 mil, chegando a 340,9% no período. O estado de Pernambuco foi o único da região a apresentar redução nos números, com -22,4% em termos absolutos e -31,2%, nas taxas por 100 mil, sendo assim o PPV se mostrou bastante eficaz diante dos índices de violência no estado pernambucano como ilustra a tabela 2.

**Tabela 2 - Homicídios no Nordeste: comparativo 2000-2012**

<b>Região/ Estado</b>	<b>2000 hom</b>	<b>2000 taxa</b>	<b>2012 hom</b>	<b>2012 taxa</b>	<b>Varição (% em números absolutos)</b>	<b>Varição (% em taxa)</b>
Nordeste	9.245	19,36	20.978	38,92	126,91%	101,03%
Maranhão	351	6,21	1.775	26,44	405,70%	325,76%
Piauí	230	8,09	525	16,61	128,26%	105,32%
Ceará	1.232	16,58	3.841	44,63	211,77%	169,18%
Rio Grande do Norte	257	9,26	1.123	34,79	336,96%	275,70%
Paraíba	507	14,72	1.525	39,97	200,79%	171,54%

Pernambuco	4.290	54,18	3.326	37,24	-22,47%	-31,27%
Alagoas	727	25,76	2.046	64,63	181,43%	150,89%
Sergipe	409	22,92	879	41,64	114,91%	81,68%
Bahia	1.242	9,5	5.938	41,89	378,10%	340,95%

Fonte: SIM, DataSUS. Cálculo do percentual de variância e das taxas de homicídios feitos por Nóbrega Jr (2014).

Com números tão preocupantes, a Secretária de Segurança Pública da Bahia foi obrigada a repensar sua política de segurança pública. O novo programa deveria seguir a perspectiva do PRONASCI ao pleitear novas alternativas de controle da criminalidade, intervindo nas raízes socioculturais da violência, promovendo ações de segurança pública juntamente com políticas sociais. Em respeito a estes critérios, o então Governador da Bahia Jaques Wagner, sanciona a Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011, que estabelece o Pacto Pela Vida como política pública de segurança do estado, como está descrito nos artigos 7º e 8º do referido regulamento:

Art. 7º - Fica instituído o Programa Pacto pela Vida, consistente no conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem como finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI.

Art. 8º - Fica instituído, no âmbito do Programa Pacto pela Vida, o Comitê Executivo, órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior, com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações.

Parágrafo único - O Comitê referido no caput deste artigo será auxiliado por Câmaras Setoriais que funcionarão em apoio às suas atividades (BAHIA, 2011, p.2).

Levando em conta tamanha empreitada a Secretária de Segurança Pública adotou como principais referências para sua intervenção o programa Pacto Pela Vida de Pernambuco, incrementado com o modelo das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. O PPV da Bahia foi referenciado em dezembro de 2011 como uma das bases do Plano Estadual da Segurança Pública – PLANESP (2012 a 2015). Como consta no projeto,

o Programa Pacto pela Vida é um Programa de Governo que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, destinado à redução dos índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com sistematização, monitoramento e avaliação das ações de Estado, de forma permanente e pactuada com a sociedade, tendo como principal objetivo a garantia do direito à vida e os seguintes fundamentos:

- PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, desde a formulação das estratégias até a execução das ações do Pacto.
- ÊNFASE NA PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA, combinada com a qualificação da repressão, baseada no uso de inteligência, informação, tecnologia e gestão.
- TRANSVERSALIDADE NA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, envolvendo todas as Secretarias do Estado (PLANESP, 2011, p.8).

Ao analisar o PLANESP (2012 a 2015), podemos constatar a notória ênfase à parte de Planejamento Estratégico como mecanismo de organização e direcionamento das políticas de segurança pública sendo responsável, também, pelas reavaliações dos planos, desde a missão organizacional até objetivos e projetos de intervenções.

Sob a orientação técnica do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), deflagraram-se os trabalhos a partir da utilização da ferramenta denominada “Gerenciamento pelas Diretrizes” (GPD) a qual adota, como ponto de partida, as metas anuais da organização que são definidas com base no plano de longo prazo. O objetivo da ferramenta em destaque é o de direcionar a caminhada eficiente do controle da qualidade (rotina), para a sobrevivência da organização (PLANESP, 2011, p. 23).

Nesse contexto e sob supervisão do INDG, a Secretária de Segurança Pública realizou o mapeamento dos índices de violência de acordo com a utilização de um procedimento metodológico que incorporava todos os grupos dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – incluindo homicídio doloso, lesão corporal e roubo seguido de morte – e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), composto por roubo a ônibus, casa comercial, residência, transeunte e veículo, além de extorsão, mediante sequestro. Os dados eram sistematizados, mediante a política de integração interinstitucional, que

fomentou o compartilhamento de informações através

- a) Da implantação de Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública (RISP e AISP, respectivamente);
- b) Da capacitação integrada para consolidação da doutrina de integração;
- c) Do uso de tecnologia e operações policiais integradas com órgãos da União, Estado e Município. (PLANESP, 2011, p.74).

Posterior ao levantamento estatístico das áreas com maior incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais, a SSP no ano de 2011 junto com a Secretaria de Segurança Pública instituiu como estratégia organizacional, através da Polícia Militar, a filosofia de Polícia Comunitária, por meio do modelo de UPPs do Rio de Janeiro e o Sistema Koban da Polícia do Japão, que se caracteriza pela integração policial com a “comunidade na qual ele desenvolve suas atividades, associada a uma atuação de caráter preventivo, cuja identificação das variáveis que potencializam as situações de violência, são objeto da ação policial.” (SILVA, 2014, p.38).

Reunido todos os critérios e definida a estrutura organizacional, o governo da Bahia instalou a primeira Base Comunitária de Segurança em Salvador no bairro do Calabar em 27 de abril de 2011. A unidade era subordinada à 41ª Companhia Independente da Polícia Militar, e reunia o efetivo de 120 policiais, treinados dentro dos preceitos do policiamento comunitário e dos direitos humanos.

Figura 3- Governador em revista a tropa na inauguração da BCS Calabar



Fonte: Manu Dias – SECOM

Depois de cinco meses, desde a implementação da primeira Base Comunitária no Calabar, o governo do estado no dia 26 de setembro de 2011 inaugurou mais três unidades no Nordeste de Amaralina, uma comunidade bastante estigmatizada pela violência criminal em Salvador. As bases foram instaladas no Centro Social Urbano, no Beco da Cultura, Nordeste de Amaralina; na rua Coréia do Sul, na Chapada do Rio Vermelho; e na rua Nova República, em Santa Cruz. As bases atendem cerca de 120 mil moradores da região. O total do efetivo das três unidades era de 360 policiais treinados dentro dos preceitos do policiamento comunitário. Além da formação regular do Curso de Formação de Soldados, os policiais capacitados para o trabalho na comunidade participaram de um treinamento específico com ênfase em mediação de conflitos, mobilização popular, direitos humanos e policiamento comunitário, buscando aprimorar o diálogo polícia/comunidade.

A expansão das Bases Comunitárias de Segurança continuou no ano de 2012 com a ampliação do projeto para a região metropolitana de Salvador e cidades do interior da Bahia. Logo em janeiro do ano aludido o subúrbio ferroviário foi contemplado com a BCS Fazenda Coutos. Contando com um efetivo de 120 policiais a unidade chegou a beneficiar uma população em torno de 32 mil moradores da região dividida em três grandes áreas: Fazenda Coutos I, Fazenda Coutos II e Fazenda Coutos III.

Após a inauguração da quinta BCS, o então Governador Jaques Wagner anunciou em entrevista à Secretaria de Comunicação Social (SECOM) a criação de mais 12 unidades durante o ano de 2012, “ao longo do ano, nós pretendemos inaugurar, na verdade, um total de 12 bases, sendo seis aqui na capital e seis em cidades do interior do Estado” (SECOM, 2012).

A BCS Itinga foi a primeira unidade fora de Salvador, implantada em agosto de 2012 no bairro da Itinga em Lauro de Freitas, região metropolitana da capital, a unidade contou com um efetivo de 120 policiais. A próxima BCS foi instalada em setembro de 2012 no Bairro da Paz, localizado às margens da Avenida Paralela em Salvador. Desta vez foi inaugurado um novo processo de instauração das bases, sendo instituído como estrutura física, módulos habitáveis temporários, até a construção de uma sede fixa. Esta estratégia foi semelhante a que foi empregada no Rio de Janeiro com as UPPs que também

utiliza os módulos antes que o equipamento definitivo seja finalizado. A unidade temporária contou com o efetivo de 120 policiais, pois se tratou de uma articulação do programa Pacto Pela Vida para adiantar o processo de implantação das bases comunitárias.

O interior também foi alcançado pela nova política de segurança pública. As regiões sul e sudoeste da Bahia: Itabuna no bairro Monte Cristo e Vitória da Conquista na localidade Nova Cidade. Ambas sediaram as unidades que contavam com um efetivo de 80 policiais. Ainda no ano de 2012 foi implantada em Feira de Santana sob o comando do Capitão Ermillo Campos, a primeira Base Comunitária de Segurança no bairro George Américo em sistema de módulo temporário.

Figura 4 - Efetivo perfilado para cerimônia de inauguração da unidade.



Fonte: Manu Dias – SECOM

A unidade com o efetivo de 80 policiais alcançou expressiva redução nos índices de criminalidade na comunidade e aumentou o número de prisões em flagrante. Segundo dados divulgados pela própria unidade, no primeiro ano de implantação da base foram constatados a redução de 92,86% no número de crimes contra a vida e de 87,50% nas tentativas de homicídios. Já as prisões em flagrante tiveram um aumento de 157,89%. Apesar da expansão dos

números das BCS durante o ano de 2012, podemos notar negligência na efetivação da política de segurança pública no interior do estado que só obteve a metade das unidades, outrora prometidas pelo então governador Jaques Wagner.

Embora as Bases Comunitárias de Segurança já estivessem operando desde abril de 2011, só em dezembro de 2012 a Polícia Militar da Bahia regimentou sua criação, estruturação e funcionamento através do Boletim Geral Ostensivo nº 244 que institucionaliza o aparelho de segurança pública como parte da estratégia operacional da PMBA

Art. 1º A Base Comunitária de Segurança – BCS integra o conjunto de projetos e ações do Programa de Estado Pacto pela Vida – PPV, instituído pela Lei n.º 12.357/11, e constitui-se numa estrutura celular dedicada ao policiamento comunitário, tendo por objetivo promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade (PMBA, 2012, p.7.598).

O documento ainda oficializa o Sistema Koban da Polícia do Japão como modelo a ser seguido na aplicação do policiamento comunitário em conformidade com os preceitos do PRONASCI

Art. 2º As Bases Comunitárias de Segurança – BCS são responsáveis diretas pelo desenvolvimento do Policiamento Comunitário nos moldes do Sistema *Koban*, tendo por princípios a proximidade e a integração com a comunidade; a excelência nos serviços prestados; o controle dos resultados; e o respeito e a promoção dos direitos humanos, conforme preconizado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do qual o Estado da Bahia é conveniado (PMBA, 2012, p.7.598).

Mesmo legalmente constituídas, “as Bases Comunitárias de Segurança não têm previsão na Lei de Organização Básica da PMBA, constituindo-se em um apêndice dos Batalhões e Companhias independentes” (SILVA, 2014, p. 33). Tal tendência fica explícita nas especificações do documento que orienta o funcionamento das unidades

Art. 11º - A BCS estará subordinada funcionalmente ao Batalhão ou Companhia Independente da PMBA, as quais serão responsáveis pela gestão administrativa, ficando a gestão operacional a cargo da própria BCS (PMBA, 2012, p. 7.601).

O ano de 2013 foi pouco expressivo na perspectiva de ampliação do PPV, pois foi contabilizada apenas a construção de duas Bases Comunitárias de Segurança. A primeira unidade foi implantada em janeiro de 2013 no Sul da Bahia, em Porto Seguro, no bairro Frey Calixto (Baianão) e contava com o efetivo de 80 policiais. A construção desta base foi resultado da parceria público-privada entre o governo do Estado e as empresas Veracel Celulose, JSL, BRA Logística, Andritz, Expresso Brasileiro, Eka Bahia e a associação Proden.

A segunda base foi no mês de setembro, localizada no bairro de São Caetano em Salvador. A BCS São Caetano conta com o efetivo de 60 policiais militares sendo subordinada à 9ª Companhia Independente da Polícia Militar. De acordo com o governador por intermédio da Secretária de Comunicação Social da Bahia, a base inaugura uma nova metodologia de funcionamento que reforça a subordinação das BCS às unidades operacionais

Segundo Wagner, a base de São Caetano inaugura também uma nova metodologia, porque se incorpora à Companhia Independente da Polícia Militar de Pirajá. “O bairro de São Caetano é muito populoso e a região representa um desafio que vem sendo vencido: a redução de crimes” (SECOM, 2013).

O ano de 2014 contou com a implantação de mais quatro unidades, uma no mês de janeiro e as demais em setembro. A primeira foi instalada em Salvador na cidade baixa, no bairro do Uruguai. A BCS Uruguai contou com um investimento de 1,3 milhão possuindo um efetivo de 60 policiais militares. A segunda base a ser implantada também foi na capital, a Base Comunitária de Segurança de Águas Claras contou com o efetivo de 60 policiais militares estando localizada na Rua Direta da Caixa D'água, Conjunto Remanescente, setor 2.

A BCS abrange um território com uma população estimada em 40 mil pessoas. A terceira unidade foi implantada em Camaçari, na região

metropolitana de Salvador, no bairro PHOC II (Projeto Habitacional Organizado de Camaçari), que conta com o efetivo de 60 policiais e é subordinada à 49ª Companhia Independente de Polícia Militar. A quarta Base Comunitária de Segurança criada em 2014 se configura no objeto do nosso estudo. A unidade foi instalada no bairro Rua Nova em Feira de Santana, tratando-se do mais novo equipamento de segurança a ser implantado, representando no total a 17ª BCS do Estado da Bahia. É neste contexto que se insere nosso objeto de estudo: a BCS Rua Nova em Feira de Santana.

### **CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA BCS RUA NOVA**

No Portal do Sertão, situada no início do agreste baiano, está localizada a cidade de Feira de Santana, com uma população estimada em mais de meio milhão de habitantes. Economicamente se configura como o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste do Brasil. Em uma região de intenso fluxo comercial, o crescimento urbano foi inevitável, expandindo concomitantemente a demografia e os problemas de infraestrutura urbana.

Com uma população multicultural advinda de diversas regiões brasileiras, vivendo, muitas vezes, em condições precárias, a cidade expandiu, sobretudo, suas periferias, que trouxe ao município impactos negativos em sua estrutura social como habitações subumanas e altas taxas de desemprego. Essas mazelas possibilitaram campos férteis para a proliferação da violência criminal, pois “a qualidade da infra-estrutura oferecida não é diretamente proporcional ao crescimento urbano” (FREITAS, 1998, p. 166).

É nessa conjuntura que se situa a comunidade da Rua Nova, composta atualmente por uma população de aproximadamente 13.995 habitantes. A cidade a considera um celeiro cultural com destaque para os grupos afros que possui influência marcante na população negra. O bairro surgiu como consequência do êxodo rural provocado pelos negros do recôncavo e imigrantes de outras regiões sertanejas que vislumbravam na Princesa do Sertão a oportunidade de uma vida com mais oportunidades. O território foi estabelecido pela desapropriação de uma fazenda doada por Ernestina Carneiro, também conhecida por “Dona Pomba”, que dividiu a propriedade em lotes cedendo à população local.

Ao longo dos anos de expansão do bairro, a Rua Nova foi marcada pelo estigma de ser um território violento, eivado por crimes de agressão física, roubo a comércio e veículos, tentativas de homicídios e assassinatos. Grande parte desses problemas estava interligada ao tráfico de drogas, sendo a maior causa do alto índice de crimes contra vida, tornando a Rua Nova em um dos bairros mais violentos da cidade, como consta na Tabela 3. A implantação da segunda Base Comunitária de Segurança da Rua Nova e a filosofia da polícia

comunitária estão situadas nesse contexto e vem contrapor o estigma que a sociedade feirense possui referente à Polícia Militar.

**Tabela 3 - CVLI por bairro: Feira de Santana – Janeiro a Agosto (2013 x 2014)**

ORD	BAIRRO	2013	2014	VARIACAO		2014		
				%	ABS	(%)	% ACU	
1	Tomba	12	28	133,3	●	16	10,8	10,8
2	Centro	8	18	125	●	10	7	17,7
3	Rua Nova	12	11	-8,3	●	-1	4	21,9
4	Aviário	6	10	66,7	●	4	4	25,8
5	Santo Antonio dos Prazeres	8	9	12,5	●	1	3	29,2
6	Campo Limpo	4	8	100	●	4	3	32,3
7	Mangabeira	9	8	-11,1	●	-1	3	35,4
8	Distrito de Marta Quiteria	4	7	75,0	●	3	3	38,1
9	Queimadinha	16	6	-62,5	●	-10	2	40,4
10	Baraunas	2	6	200	●	4	2	42,7
11	Sobradinho	1	5	400	●	4	2	44,6
12	Parque Ipe	3	5	66,7	●	2	2	46,5
13	Distrito de Humildes	3	5	66,7	●	2	2	48,5
14	Ponto Central	2	5	150	●	3	2	50,4
15	Jussara	1	5	400	●	4	2	52,3
16	Gabriela	4	5	25	●	1	2	54,2
17	Barauna	6	4	-33,3	●	-2	2	55,8
18	Jardim Acacia	2	4	100	●	2	2	57,3
19	Barroquinha/Centro de Abastecimento	1	4	300	●	3	2	58,8
20	Viveiro	2	4	100	●	2	2	60,4
Outros bairros	109	109	103	5,5	●	-6	40	100
Total	215	215	260	20,9	●	45	100	-

Fonte: SPREV

No ano de 2012 ocorreu em Feira de Santana uma pesquisa de vitimização realizada Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social – GPECS/UFRB, com a finalidade de reunir dados referentes à vitimização de seus habitantes para direcionar intervenções que visem a prevenção da violência e criminalidade com foco no cidadão. A pesquisa assinala que quando perguntado a população se normalmente os policiais militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança, 34,4% dos entrevistados afirmaram que sim, já 65,6% disseram que os policiais não atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança.

Ao analisar se os policiais militares abusam do uso da força e da sua autoridade, 80,9% dos entrevistados afirmaram que sim, isto é, que os PMs abusam do uso da força e da autoridade, 19,1% entrevistados disseram não, isto é, que os policiais militares não abusam do uso da força e da autoridade. Se referindo ao grau de confiabilidade da sociedade feirense na Polícia Militar, os números são bastante preocupantes, o grau de confiança foi avaliado pelos entrevistados a partir da seguinte escala: confia muito, confia, confia pouco e não confia. 3,9 % dos entrevistados disseram que confia muito na Polícia Militar. 27,7 % pessoas disseram que confia na Polícia Militar. 46,7% entrevistados afirmaram que confia pouco na Polícia Militar. E 21,7% dos entrevistados afirmaram que não confia na Polícia Militar. Segundo a referida pesquisa,

Considerando a soma das respostas confia muito e confia temos que 188 (31,6%) dos entrevistados avaliam positivamente a Polícia Militar na cidade em tela. Ao passo que somando as respostas confia pouco e não confia temos que 407 (68,4%) dos entrevistados avaliam negativamente a Polícia Militar em Feira de Santana, BA (MARTINS & CASTRO, 2012, p.101.)

Apesar da falta de credibilidade da PM por parte da sociedade feirense, surge a Base Comunitária no bairro da Rua Nova. A Nota Técnica Nº 006/2014 definiu o território como objeto da intervenção confirmando a criação da segunda unidade em Feira de Santana.

Por determinação do Governador Jacques Wagner e atendendo o que preconiza o Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP no compromisso de promover a inclusão social e a garantia da cidadania em áreas críticas com a participação comunitária foi eleita a área do Bairro Rua Nova, no município de Feira de Santana para a implantação da próxima Base Comunitária de Segurança – BCS, após análise criteriosa pela SSP da criminalidade registrada, com destaque aos altos índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI e Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVP (SPREV, 2014, p.1).

Com a missão de trazer segurança social a partir do diálogo com a comunidade, foi implantada no dia 22 de setembro de 2014 a Base

Comunitária de Segurança da Rua Nova, sob o comando do Capitão Victor Santos Espírito Santo, sendo subordinada a 65º CIPM. Consta na referida nota técnica que o contingente da unidade seria de 60 policiais, o que não foi efetivado.

Na prática, as quatro companhias da Polícia Militar responsáveis pelo policiamento da cidade tiveram de desfalcocar os seus respectivos quadros, cedendo 10 policiais para BCS Rua Nova, contabilizando o efetivo inicial de 40 policiais. Segundo os próprios agentes a maioria foi avisada de ultima hora e apenas dois militares foram voluntários para trabalhar na nova unidade, essas informações revelam que a insatisfação da tropa era quase unânime. Os policiais que foram designados, não possuíam formação voltada para os preceitos do policiamento comunitário. Por isso, receberam treinamento de uma semana sendo qualificados como Promotores de Polícia Comunitária, se tornando aptos segundo a corporação para atuar na nova modalidade depoliciamento.

#### **Figura 5- Inauguração da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova**



Fonte: SECOM

A BCS Rua Nova seguiu os padrões estabelecidos para as outras unidades, sendo contempladas com câmeras de vídeo, monitoramento para auxiliar na prevenção e combate aos crimes no bairro, três viaturas para o patrulhamento, e o Centro Digital de Cidadania (CDC), para direcionar a

comunidade no intuito de promover inclusão social.

## **CAPÍTULO 4: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PARCEIROS DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA RUA NOVA**

Como apresentado na introdução deste estudo, este capítulo será utilizado para análise das entrevistas sobre a participação dos atores inseridos na inserção do equipamento de segurança pública, no espaço intra-urbano do território. Com o propósito de revelar os aspectos mais salientes do processo, iniciaremos o trabalho de análise com o ponto de vista do comandante da BCS Rua Nova.

### **4.1 O Comandante**

Alinhado com a perspectiva do Pacto Pela Vida, o comandante Victor Espírito Santo da BCS Rua Nova afirmou objetivar sua gestão na redução dos índices de homicídios na localidade “a partir de uma conduta humanizada, proporcionada por uma cooperação entre a “comunidade” e a polícia, sem ser algo imposto de cima pra baixo, mas com a participação ativa da sociedade civil organizada”. Porém, detectou as principais dificuldades para a efetivação do policiamento proposto. Por meio de um questionário aplicado ao gestor, elencamos os desafios que foram divididos em quatro vertentes:

1) **Territorial:** o crescimento desordenado da comunidade Rua Nova com a incidência de diversos becos e vielas são problemas característicos da falta de planejamento territorial do município, o que acabou dificultando o processo de aproximação da polícia com a sociedade local.

2) **Contingente Militar:** a ideia de Polícia Comunitária dentro da corporação é ainda muito recente, o gestor explana que esta filosofia se encontra em uma fase de maturação no âmbito da corporação. Evidencia ainda que os mesmos esforços empregados para a desconstrução da ideia de autoritarismo da polícia deveriam ser discutidos no seio da tropa, com o intuito de ressignificar o sentido de ser policial.

3) **Estrutura operacional:** na contra mão do que se revela no atual quadro da corporação, o comandante considera a infraestrutura disponibilizada

de boa qualidade, desse modo, alerta para a falta de conexão entre o sistema de câmeras instaladas no território e o rádio patrulhamento, se apresentando ainda pela falta de qualificação.

4) **Comunidade local:** a desconstrução da imagem da corporação vinculada ao histórico de violência policial no território, característico das localidades com maior vulnerabilidade social.

Quando questionado de que maneira o contingente policial opera na resolução dos desafios supracitados o gestor enfatizou que antes de tudo o policial comunitário tem que estar consciente da sua atividade policial de forma interativa,

Não cabendo ao agente de segurança ficar limitado apenas a cumprir ordens, pois o contexto da Polícia Comunitária requer um policial dinâmico que seja capaz de agir de forma autônoma, intervindo de forma inteligível estando imbuído do compromisso social a fim de contribuir para que a localidade sob sua atuação possua as condições para o exercício da plena cidadania (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Referente às medidas para sanar a criminalidade no território, no primeiro momento, foi elencado o emprego ostensivo da tropa a curto prazo com o fito de consolidar o controle do policiamento no bairro. No segundo momento, de médio a longo prazo, a atitude foi estabelecer uma rede de cooperação em que todos dialogassem ao envolver instituições públicas e a sociedade civil organizada levantasse as demandas locais, buscando em conjunto as soluções para os problemas que preocupam a comunidade. Isso reafirma a perspectiva de Moore (2002) em relação às práticas de policiamento comunitário no que diz respeito aos objetivos e métodos inovadores.

Concernente à visão do bairro Rua Nova em relação à BCS, o gestor relata que a percepção do público tem amadurecido com o passar do tempo. No surgimento da base muitos moradores acreditavam ser uma estrutura nos mesmos moldes do antigo policiamento autoritário, porém esta imagem vem se modificando a partir de intervenções, sobretudo, através do diálogo. Tem de haver uma maior aproximação entre as organizações policiais e as comunidades, pois concordando com Dias Neto (2000) o policial à medida que se torna um auxiliar e co participante da comunidade aprimora e harmoniza a rede de cooperação.

Segundo o comandante, tendo passado um ano e meio de surgimento da unidade – período da entrevista – as pessoas já começaram a identificar a base como um centro de interação do território, através do qual os diversos segmentos podem encontrar em conjunto as soluções para os problemas da localidade. Indagado a respeito da sensação de segurança no bairro, o gestor se utilizou de dados quantitativos para se afirmar que a sensação de segurança melhorou principalmente no período noturno com um tráfego intenso de pessoas na comunidade.

De acordo com a argumentação o dirigente da base, “ao se estabelecer o direito de ir e vir das pessoas criou-se as condições ideais para o aumento da atividade econômica no bairro”, comprovado pelo aumento do número de negócios na região, contrariando a lógica nacional da crise. O comandante também argumenta que mesmo não possuindo dados científicos consegue perceber, pela experiência prática, que houveram avanços relacionados à segurança no território.

Ao avaliar sobre a receptividade da população em relação às ações de policiamento comunitário, o gestor percebeu no início desconfiança por parte dos moradores, pois a instituição na sua ostensividade transmitia um sentimento de temor estigmatizado na localidade. Na visão do dirigente isto é um paradigma que não muda rapidamente, é um processo que ainda se encontra em andamento, em que se constata avanços observados no trato direto com os policiais, que atualmente são cumprimentados pelas crianças, superando a aversão da população com os policiais da BCS.

Para o comandante, a principal contribuição social promovida pela BCS é a emancipação dos cidadãos através da vinculação destes indivíduos aos outros segmentos do poder público. Tal fenômeno está proporcionando ao cidadão o direito de poder intervir exigir e exercer sua cidadania de forma autônoma. Ao analisar de forma otimista os resultados obtidos com a implantação da BCS, ele considera “que o resultado é acima do esperado”.

Nos projetos voltados para o público jovem e crianças em parceria com a rede pública de educação, CRAS e associações de moradores, foi configurado como a principal plataforma de aproximação com a sociedade local, que atua em uma perspectiva de médio a longo prazo ao apostar que as próximas gerações mudem a visão da polícia.

O comandante finaliza sua entrevista afirmando que a Polícia Comunitária é uma exigência da democracia no Brasil consolidada com o conceito de Segurança Cidadã. Sendo assim, “o policial que atua de forma ostensiva, deveria ter consciência que todo poder emana do povo”, e ele tem que se reconhecer inserido na sociedade e não se portar como uma categoria distinta da sociedade.

#### **4.2 Os Praças**

As entrevistas foram aplicadas para 10 policiais do efetivo de 40 militares que operacionalizam o policiamento comunitário na BCS Rua Nova. Os dados revelaram que o contingente está dividido em três categorias: policiais tradicionais, policiais adaptáveis e policiais comunitários. 60% se consideram policiais tradicionais e não comunitários; 20% são adaptáveis, influenciados pelas relações de poder na corporação e quando determinados pelo comando praticam o policiamento de aproximação mesmo não corroborando com a filosofia de polícia comunitária; 20% dos agentes estão engajados com as novas diretrizes do conceito de policiamento comunitário e entendem o atual paradigma da segurança pública nacional. Estes dados revelam um dos grandes desafios da implantação desse modelo de policiamento, a cultura militarizada.

Mesmo não estando totalmente engajados com a proposta, 80% dos entrevistados apontam vantagens na aplicação do policiamento comunitário, desde a mudança de concepção das pessoas em achar que “a polícia só servia para prender e exterminar”, bem como uma maior facilidade de gerenciar os conflitos privilegiando o diálogo ao invés da força. 20% dos policiais afirmaram não haver nenhuma vantagem neste tipo de policiamento, pois “os cidadãos desprovidos principalmente de educação, não estão preparados para um bom trato”.

Após as ações do policiamento comunitário, os policiais foram questionados sobre a relação entre polícia e cidadão. 60% dos entrevistados apontaram pouca variação, mas assumem ser factível a mudança de postura deles próprios, comparando a postura adotada antes de trabalharem na BCS. Ao analisar a relação institucional com os superiores após ingressar na base,

70% dos entrevistados fizeram questão de salientar a postura humanizada do gestor da BCS, mas ressaltaram que se trata de uma exceção resumida ao contexto da base, não se estendendo às outras esferas da corporação.

Segundo os militares, a relação mais próxima do dirigente da BCS Rua Nova com os subordinados se dá por conta do trato mais cordial com a população proposto pelo comandante, que se estende para o público interno. Como desafios observados na implantação do policiamento comunitário no território, os policiais indicaram a superação do medo que a população tem da PM pelo histórico de violência policial na localidade. A ausência de políticas públicas que envolvem as outras esferas do poder estatal, sem sobrecarregar a polícia que sempre extrapolou suas competências, resulta nas lacunas de outras instituições.

Os policiais também foram indagados sobre a responsabilidade com a segurança pública após ingressar na unidade. 70% dos entrevistados responderam que nada havia mudado e que a mesma conduta profissional vivenciada na base também foi nas demais unidades por onde haviam passado. 20% relataram que essa responsabilidade foi aprimorada pelo desempenho das funções na BCS. A minoria, cerca de 10%, afirmou que houve uma conscientização do significado do policiamento comunitário, e que com a consciência do novo papel de polícia aumentou a responsabilidade dos policiais em perpetuar o policiamento de aproximação, sem decepcionar a sociedade necessitada do novo modelo.

Um aspecto notável nas entrevistas foi a crítica ao militarismo como modelo institucional, enfatizando que o histórico de violência policial na localidade à presença da PM “causa impacto nas pessoas e que a farda ainda causa medo”. Segundo 70% dos praças, o fato de a polícia ser militar só traz dificuldades para a própria polícia exercer suas atividades. Os policiais acreditam que o militarismo é um dos maiores empecilhos para a efetivação do policiamento comunitário como realidade na corporação, uma vez que “os abusos cometidos pelos superiores fomentam a revolta que é traduzida em violência contra a população”.

Ao relatarem sobre o que consideravam ser fundamental para o êxito do policiamento comunitário, indicaram “políticas de Estado sérias, sólidas e efetivas”, que respeitem um planejamento prévio e que de fato exista mais

responsabilidade com as intervenções junto à sociedade.

Outro fato elencado seria o fato do policiamento comunitário na Bahia estar sendo impulsionado por um forte apelo midiático, “um *marketing* patrocinado pelo governo do Estado, mas, na realidade, a polícia sempre age sozinha sem o devido apoio das outras esferas de poder”. Ao serem questionados quanto à crença no policiamento comunitário, 90% não acreditam na forma como o programa está sendo conduzido, elencando como argumento mais recorrente a falta de formação e a ineficácia, ou a inexistência de outras instâncias do poder público na comunidade, sobrecarregando assim a Polícia Militar.

Ao avaliar as entrevistas à luz do policiamento comunitário, percebemos que um dos grandes desafios para a implantação para esse modelo de policiamento ainda é reeducar esses agentes concebidos dentro de uma cultura militarizada que mais segrega do que aproxima. Mesmo fazendo questão de demonstrar as diferenças entre oficiais e praças da corporação, os policiais da BCS atribuem o relativo sucesso da base à postura do comandante. Alguns militares enfatizaram que a postura do comandante é uma exceção nas fileiras da tropa e caso fosse outro oficial que não tivesse dispensado um tratamento humanizado para os subordinados, provavelmente teria a sua gestão prejudicada. Esses fatos revelam o abismo entre oficiais e praças na Polícia Militar, que impedem a formulação de alternativas para os problemas enfrentados pela corporação em sua missão de conter o caos.

Referindo-se à resistência da tropa em relação à filosofia de polícia comunitária, tal impasse é propiciado pela falta de uma formação voltada para o policiamento comunitário. Nas entrevistas, a maioria dos policiais que se identificaram como tradicionais argumentavam não possuir uma formação adequada para atuar na BCS. Diferentemente do comandante, os praças que foram selecionados para atuarem na unidade não tinham afinidade com o modelo de policiamento comunitário, sendo transferidos de outras companhias independentes da cidade. A maioria movimentada a contragosto, sem nenhum planejamento prévio, apenas ministraram um curso de Polícia Comunitária com duração de uma semana.

O que mais me chamou a atenção nas entrevistas dos policiais foi a mentalidade militarizada tão arraigada, capaz de limitar as suas respectivas

concepções e posicionamentos por conta de alguma represália imposta pela corporação. Alguns militares não se sentiram à vontade em dar as entrevistas. Os entrevistados relataram sofrer preconceito da sociedade que normalmente tem o policial como assassino e corrupto. Segundo eles, esta é uma barreira que acaba afastando a polícia da população.

Outra situação inusitada observada foi o preconceito dentro do próprio âmbito dos praças da PM. Os militares que trabalham nas companhias independentes e nas companhias especializadas desdenham dos “policiais comunitários” que trabalham na BCS, por entenderem que os “comunitários” são mais “maleáveis”. Por isso, para estes policiais, um dos principais entraves para a efetivação do policiamento comunitário é o militarismo, ainda que se mostrem mais receptivos à perspectiva coercitiva e militarizada, fruto de práticas tradicionais, do que à perspectiva comunitária, fato que podemos considerar como um paradoxo.

### **4.3. Os Parceiros Institucionais**

Desenvolvemos um questionário na perspectiva de colher dos parceiros institucionais uma avaliação da eficiência do policiamento comunitário no território. Podemos considerar como principais parceiros da BCS Rua Nova nas suas intervenções as seguintes instituições:

- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), representado pela assistente social Alexandra Malaquias, gestora da unidade;

- Na rede pública de ensino estadual destacamos a Escola Ernestina Carneiro, com a direção da Professora Maria das Graças Oliveira Trindade;

- Na esfera municipal destacamos a Escola Célida Soares com a direção da Professora Ana Costa e a Escola Comunitária Luis Alberto com a direção da líder comunitária e professora Lucinei de Carvalho Borges.

Outros parceiros importantes na estratégia da base para criar um canal de interlocução com a comunidade foi a interatividade com as principais referências do âmbito cultural, a exemplo de figuras emblemáticas do território como Jorge de Angélica, Nilton Rasta, Arlécio dos Pretos de Preta.

Nos questionários que nortearam as entrevistas, em todas as falas dos

parceiros institucionais, constatamos sempre colocações positivas de apoio e congratulação pelos trabalhos desenvolvidos. Todos os entrevistados afirmaram que a ideia da parceria partiu da Base Comunitária de Segurança, através dos esforços do comandante da unidade, juntamente com a equipe de gestão de projetos.

Os colaboradores objetivaram uma integração entre a sociedade local e o poder público, que, segundo os depoimentos, foi efetivada, pois pela primeira vez, desde quando adentraram o território, se sentiram parte das articulações na política de segurança pública implantadas no bairro. Segundo os parceiros institucionais, a BCS Rua Nova ao se portar na contramão do histórico de autoritarismo da polícia ocasionou aumento na sensação de segurança das crianças. Isso foi possível através da intensificação da ronda escolar juntamente com a criação de projetos no desenvolvimento da cidadania e da cultura dos alunos.

Mais um ponto relatado pelos colaboradores foi a expansão do número de moradores alcançados pelas políticas públicas do CRAS, fruto das intervenções da rede instituída com o policiamento comunitário da BCS. Estes formaram parcerias que visam favorecer a comunidade melhor qualidade de vida e se configura como um canal de comunicação com a população local.

Foram destacados outras parcerias desde a área de qualificação profissional até o aperfeiçoamento das políticas públicas para o território, algo que só foi possível, na opinião dos parceiros, pelo preparo intelectual e comprometimento dos policiais empregados para articular as intervenções. A rede que atua no território conta com reuniões mensais com a presença de todas as instâncias do poder público presentes no território, representadas pelo diretor da Policlínica e da Unidade Básica de Saúde, diretoras das escolas que compõem a Rede Pública de Educação, CRAS e representantes de Associações de Moradores.

Segundo os parceiros institucionais, nas reuniões são tratadas pautas referente aos desafios encontrados por cada órgão na prestação de seus serviços, bem como a solução das questões sociais do bairro e o fomento de projetos sociais, culturais, educativos, esportivos e ações de cidadania. Também são expostas demandas relacionadas ao fomento da qualificação profissional para os moradores do bairro, as estratégias da ronda escolar para

coibir o assédio das facções na clientela escolar, o sistema de segurança dos cidadãos e a mobilização da juventude para inserção em sociedade.

Quando questionados se a BCS Rua Nova conseguiu estabelecer uma rede de cooperação em favor da comunidade, a resposta foi afirmativa, pois o equipamento de segurança conseguiu se posicionar como o órgão vetor de integração entre as instituições, sendo que antes da BCS, segundo a versão dos colaboradores, cada órgão agia isoladamente, sem sincronia.

Na versão dos entrevistados, após o surgimento da base tem-se modificado a concepção da polícia. A aceitação da população para com a base foi positiva, inclusive com relatos de moradores que preferem procurar o auxílio da BCS para resolução de conflitos ao invés do CRAS. Ainda para os parceiros, o aumento da confiança da população na polícia se deu, principalmente, pelos serviços oferecidos e a perspectiva de inclusão social e sem onerar a população e as instituições. O paradigma do braço armado vem se transformando em uma referência de apoio aos problemas sociais.

Ao serem perguntados em relação à forma de aproximação dos policiais com a população, os parceiros institucionais relataram que o contato foi estabelecido através das ações sociais com visitas comunitárias promovidas pela base e ações voltadas para o público infantil “através do diálogo, da parceria, da interatividade de conhecimento e não da coerção”. Quando avaliadas as ações sociais promovidas pela BCS, os parceiros institucionais elencaram o resgate da credibilidade e da confiança da polícia pela quase extinção dos conflitos entre os moradores que eram constantes antes da implantação da base.

As ações direcionadas para as necessidades do bairro contam com um levantamento prévio das demandas, quase sempre sanadas pelos esforços da rede, no intuito de proporcionar uma maior qualidade de vida para os moradores. Ao expressarem a vantagem de ter policiamento comunitário, enfatizaram no aumento da sensação de segurança e diminuição nos índices de violência criminal. Segundo os colaboradores, houve esclarecimento de algumas condutas que facilitou o trabalho do CRAS, pois a comunidade não sabe lidar sozinha com o problema, cabendo à polícia garantir a condição da sociedade local de ampliar suas potencialidades através do policiamento comunitário.

Os parceiros institucionais ao serem indagados se acreditavam no policiamento comunitário, afirmaram que sim. Descreveram que no início do processo acharam que o projeto era algo utópico, mas que com o trabalho da base começaram a acreditar que era algo tangível pela mudança de concepção sobre a segurança que deixou de ser simplesmente coercitiva, para se basear no bem estar do cidadão. Os parceiros personificaram a crença do policiamento comunitário na figura do comandante da unidade e do setor de projetos.

Em meio aos desacordos institucionais que permeiam o policiamento comunitário, encontram-se os parceiros institucionais e a população. Mesmo com todas as complexidades da corporação, a BCS Rua Nova é considerada pelos parceiros institucionais como uma referência no território, por encabeçar a rede, e por ter sido responsável em promover a cooperação das instituições públicas em parceria com as associações de moradores no território. Ficou evidenciado nas entrevistas que existe uma personificação do “sucesso” da BCS na figura do comandante juntamente com a gestão de projetos. Dentre os personagens participantes do processo, considero os colaboradores os mais otimistas, junto com o policiamento comunitário, ressaltando sempre em suas entrevistas pontos positivos, um olhar completamente oposto aos dos militares, tanto do comandante, quanto dos praças, que julgaram muito difícil a tarefa de aproximação da população.

#### **4.4 Os Moradores**

Antes da descrição das entrevistas dos moradores do bairro Rua Nova, seria interessante esclarecer alguns pontos que julgo fundamentais para a integridade dos resultados desta pesquisa. Por ser muito conhecido na comunidade pelas intervenções do setor de projetos da BCS, preferi me eximir da aplicação dos questionários para os moradores em minha posição de policial atuante e não influenciar no julgamento dos entrevistados. Diante dessa situação, conseguimos o apoio de um instituto de pesquisa de opinião pública para entrevistar uma amostragem de trinta moradores, no intuito de proporcionar a ocasião mais à vontade possível para expressar as suas opiniões.

Na divisão dos pontos do território onde seriam aplicadas as entrevistas, foi levado em conta a necessidade de alcançar também os pontos mais distantes da base, procurando diversificar o máximo de locais para ter de fato uma visão ampla dos impactos da BCS na Rua Nova. Importante frisar que os questionários seguiram uma lógica que propiciou informações espontâneas.

Diante dos resultados apresentados, consideramos que a população da Rua Nova é pouco participativa nas decisões dos problemas comunitários. Esta afirmação fica evidente nos resultados que constatamos, uma vez que 96% dos entrevistados não participam de nenhuma associação de moradores, se considerando descrentes perante a elas, afirmando que só existem na teoria.

Ao avaliar o nível de segurança no bairro, 50% dos entrevistados se sentem seguros, 40% afirmaram se sentir parcialmente seguros e que se sentem mais seguros durante o dia. Pontuaram que o fluxo de policiamento durante a noite deveria ser intensificado. Enfatizaram ainda que a atuação da base diante do problema da segurança já tinha sido pior e que no momento se encontrava “menos pior”, os outros 10% se dizem não se sentir seguros e relataram durante as entrevistas terem sido assaltados. 40% dos moradores disseram não se sentir seguros devido ao clima de insegurança ser geral na cidade, destacando que a insegurança nas adjacências aumentou consideravelmente pela “migração do crime”.

Ao avaliarem a criminalidade no bairro durante os últimos 12 meses, 55% dos entrevistados consideraram que as atividades delituosas e a diminuição dos conflitos entre moradores diminuíram com a implantação da BCS, mas que o crime organizado ainda atua intensamente no bairro com o tráfico de drogas; 25% dos moradores não souberam responder; 10% relataram que o policiamento no bairro durante o período piorou.

Quando questionados se confiavam nas ações da PM na comunidade, o resultado foi surpreendente. Dos entrevistados 85% disseram confiar nas ações da polícia, alertando que isso só é possível, segundo a versão dos moradores, pelas ações sociais ocorridas, revelando uma estratégia nunca observada antes. Argumentaram ainda uma perceptível mudança nos índices de criminalidade do bairro, mas que no geral a cidade é muito insegura. Outros moradores, cerca de 15%, disseram não confiar nas ações da PM. Alguns se mostram hostis e até agressivos em suas respostas, afirmando preferir as “leis

dos traficantes” do que o policiamento no bairro.

Indagados em relação ao tratamento dispensado no último contato com os policiais, 75% dos entrevistados relataram não ter precisado da polícia; 25% elogiaram a postura adotada pela polícia, distinguindo entre o tratamento mais “tranquilo” do contingente da BCS e de outras companhias independentes; 5% dos moradores se mostraram insatisfeitos, argumentando serem vítimas de procedimentos legais referentes à parte de trânsito e poluição sonora, fazendo críticas à postura rígida dos policiais da BCS no cumprimento da lei.

Ao explanarem o que esperavam da polícia, os moradores elencaram as seguintes demandas: 1) a honestidade, devido ao alto nível de corrupção e desvio de condutas; 2) a postura quanto à abordagem, que de modo geral é muito agressiva, o fim do preconceito dos policiais que se baseiam por estereótipos estabelecidos associados aos pobres e negros da periferia; 3) a intensificação do policiamento ostensivo; e, 4) a melhora dos serviços com uma estrutura mais adequada às necessidades da população em geral.

Ao analisar o trabalho dos policiais na comunidade no último ano, 75% dos moradores avaliaram como “bom” as intervenções, atribuindo avanços na segurança para a implantação da BCS, que proporcionou uma maior ostensividade da polícia no bairro; 10% dos moradores acharam a atuação razoável, sugerindo uma ampliação no efetivo de policiais e viaturas; 10% não souberam responder; 5% afirmaram que o trabalho dos policiais é ruim e ineficiente.

Ao serem questionados se conheciam alguma ação social desempenhada pela polícia no território, as respostas se equipararam. Dos entrevistados 50% disseram não conhecer as ações sociais promovidas pela BCS; os outros 50% reconheciam as intervenções, citando projetos ocorridos nas escolas em que os alunos comentam em suas residências. Sobre o contato com os policiais na escola, apontaram ainda para relevância dos serviços prestados pelo Odontomóvel e SAC Móvel.

55% dos entrevistados disseram saber o que é polícia comunitária ao associar esta modalidade de policiamento à aproximação dos policiais com a população, resultando em um trabalho de prevenção que ameniza a violência. Associaram o policiamento comunitário com uma polícia disponível para o bairro que tem como obrigação dar assistência aos mais vulneráveis

economicamente; 45% afirmaram não saber o que significa polícia comunitária.

Ao serem indagados se acreditavam na polícia comunitária, 55% dos moradores afirmaram que “sim”, ressaltando a importância da BCS se fazer presente no bairro, principalmente com a ostensividade observada na saturação do policiamento no território. Dentro do contexto municipal de altos índices de violência, se não fosse a BCS, para os moradores, o bairro seria um dos principais alvos do crime organizado. Finalizando a análise, 20% afirmaram não acreditar na polícia comunitária e 25% não soube responder.

Com referência ao contexto dos moradores, percebemos nas entrevistas que nos questionamentos relacionados à polícia a BCS quase sempre era citada, fato que demonstrou que a população reconhece a atuação do equipamento de segurança na localidade. Detectamos que os moradores são poucos participativos na realidade do bairro, os que foram entrevistados em quase sua totalidade afirmaram não participar de nenhuma associação de moradores, pelo fato de estas entidades não serem participativas e se limitarem apenas ao campo teórico, resultado da fragmentação política partidária que vincula o exercício da cidadania há um clientelismo partidário. Verificamos também um paradoxo entre os moradores; enquanto existem aqueles que sugerem mais policiamento e ostensividade, outros se sentem extremamente prejudicados com a presença da BCS, pelo fato dos policiais aplicarem a lei. Frisamos que a população local identificou os maiores problemas ocasionados pela ocupação da polícia em territórios com altos índices de criminalidade: a migração do crime para outras áreas. Indicaram que as regiões ao entorno do bairro, como Avenida de Canal e Transbordo, sofrem os impactos da prática de crimes, pois alguns entrevistados afirmaram terem sido vítima de assalto nestas regiões. Metade dos entrevistados relatou não conhecer nenhum projeto social promovido pela BCS, este público é mais acentuado nos perímetros mais distantes da unidade, que se encaixa nos reajustes das estratégias do equipamento de segurança destinado a ampliar as intervenções de cunho inclusivo. Uma concepção preocupante dos moradores é a descrença de qualquer melhora em relação ao problema da violência: sempre que se referiam ao assunto faziam questão de enfatizar que apesar do bairro atualmente estar melhor neste quesito, no geral a violência criminal se estabeleceu como realidade social, e na opinião da

população não existe modalidade de policiamento que venha dar conta do cenário de insegurança.

A crença no policiamento comunitário foi ocasionado pela mudança de postura de alguns policiais no trato com a população, fruto da maior interatividade com o público. Outra colocação dos entrevistados foi a de que por mais que se invista em segurança, como o número de policiais e viaturas, por exemplo, o problema da segurança pública é crônico em Feira de Santana.

## CONCLUSÃO

Diante das experiências como gestor de projetos da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova e de todos os procedimentos de pesquisa, julgo importante, como cientista social, utilizar as considerações finais para findar a análise o processo de implementação da BCS no bairro Rua Nova à luz da evidência empírica disponível a fim de identificar os principais entraves que na prática impedem a consolidação do policiamento comunitário no território. Nesta perspectiva, partimos do entendimento de que a cientificidade devia se configurar como referência primordial dos mecanismos de avaliação para ser capaz de apontar as lacunas e as possíveis hipóteses para o realinhamento e concretização das políticas de segurança pública.

Ao tratarmos da participação do comandante no processo, observamos que a nomeação do gestor respeitou os critérios de afinidade com a função desempenhada, pois, no discurso do dirigente, ficou evidente a responsabilidade de efetivar o policiamento comunitário no território; algo que só é possível na prática quando se está inserido no atual paradigma em que se encontra a segurança pública brasileira, e no reconhecimento do conceito de segurança cidadã como tendência global do Desenvolvimento Humano. Ao estabelecer uma rede de cooperação no território através do diálogo com as instituições públicas e a sociedade civil organizada, O Capitão Victor Espírito Santo pleiteou em conjunto na construção das soluções para os problemas que preocupam a comunidade, desse modo, reafirmou a perspectiva de Moore (2002), em relação às práticas de policiamento comunitário no que diz respeito aos objetivos e aos métodos inovadores. A nova estratégia de policiamento aplicada pelo gestor aos poucos tem modificado a visão da sociedade local em relação à missão institucional da BCS, que julgava ser uma estrutura feita aos mesmos moldes do policiamento tradicional, pois na medida em que o policial se torna um auxiliar e coparticipante da comunidade, aprimora e harmoniza a rede de cooperação (NETO, 2000).

Ao corroborar com a ideia do comandante, os parceiros institucionais deixam claro que o maior legado da base foi a criação da rede de intervenção, que pode ser compreendido pelas Ciências Sociais como um conjunto de

relações sociais entre um conjunto de atores, e também entre estes últimos (COLONOMOS, 1995). Conforme explícito nas entrevistas, os colaboradores são os que mais acreditam na filosofia de Polícia Comunitária, principalmente pelo fato de a BCS Rua Nova empreender essa nova articulação do poder público e a sociedade civil organizada, o que caracteriza, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1999), dois princípios do policiamento comunitário, evidenciados na: 1) filosofia e estratégia organizacional, que possibilitou que a polícia e a comunidade enfrentassem os problemas da violência criminal juntos, e a 2) construção do futuro sem imposição da ordem na comunidade, pois os atores sociais envolvidos nessa trama enxergaram a polícia como um recurso para resolução de problemas, para além do âmbito coercitivo. O resultado foi o aumento do poder da participação de comunidades organizadas no planejamento e controle desses serviços (SOUZA, 2005).

Em sentido oposto, o efetivo responsável pelo policiamento no território não acredita no policiamento comunitário. Tal descrença é devida ao fato de que o responsável considera que esse tipo de policiamento possa ser uma estratégia de publicidade do governo do estado para mascarar as deficiências das políticas de segurança pública. Aliado a esse pessimismo institucional, um impasse observado foi o abismo na relação entre oficiais e praças; tal hierarquização se configura em um dos problemas estruturais nas polícias que necessita ser repensado para a efetivação do policiamento comunitário (SKOLNICK & Bayley, 2006). Outro fator discrepante no processo é a falta de formação dos policiais para atuarem na nova perspectiva de policiamento. Concordamos com o cientista político, Luiz Eduardo Soares (2007) quando afirma que a segurança pública deve ter, sobretudo, qualidade para que haja ordem pública, pois a superação dos obstáculos para alcançar esse objetivo deve ocorrer com “o aprimoramento dos serviços de segurança pública, primordialmente pela formação continuada que qualifica os agentes” (SOARES, 2007, p. 79).

Em meio a tantas complexidades os moradores da Rua Nova se mostram desacreditados na segurança pública, pois acreditam que a violência criminal é um problema nacional e que Feira de Santana, historicamente, foi assolada por esta mazela. Nesse sentido, os habitantes da comunidade consideram que a BCS e o policiamento comunitário não conseguiram

erradicar o crime do território, porém, comparando antes e depois da implementação da base, concordam que houve uma melhoria na sensação de segurança, comprovada pela redução dos índices de ocorrências. Essa concepção dos moradores coaduna com o pensamento de Kanh (2002), pois o que a sociedade mais espera da polícia é a redução da criminalidade, mesmo que a polícia não consiga resolver sozinha esses problemas.

Apesar da cobrança dos moradores por estratégias mais eficientes de enfrentamento da criminalidade, a cooperação da sociedade civil organizada nas políticas de segurança pública, ainda hoje, não existe no Brasil. Pois a cultura da participação cidadã no aparato estatal, em razão da democracia brasileira ser recente, pode explicar o motivo pelo qual a polícia estabelece relações distintas com diferentes grupos sociais, já que “assim, a parceria entre administração pública e população não encontra, no Brasil, receptividade em face da falta de uma tradição de cultura cívica na qual se apoie” (MARINHO, 2002, p.44).

Dentre os percalços identificados no processo destacamos talvez o mais grave, que consiste na falta de vontade institucional por parte dos gestores da PM em colocar o policiamento comunitário como pauta prioritária nas suas ações de comando. Apesar de o atual comandante geral Anselmo Brandão fomentar o policiamento comunitário como nunca foi visto na história da Polícia Militar da Bahia, os comandos responsáveis pelas companhias independentes – pelas quais as BCS são subordinadas – não se alinham com as novas diretivas, por não se situarem no atual paradigma da segurança pública e se manterem atrelados ao modelo reativo característico de suas respectivas formações, oriundas de outro tempo-espço. Mesmo havendo, em tese, leis institucionais para blindar os comandantes das BCS na implementação do policiamento comunitário, inúmeras vezes pude constatar ordens superiores que consistiam em tirar as rádios patrulhas da Rua Nova, para serem empregas em outras diligências de diferentes áreas da cidade, assim como o fato de não restituir o efetivo transferido da base para as companhias. Tais empecilhos desidratam os recursos da base, que comprometem a consolidação das políticas de segurança pública. É importante ressaltar que em algumas ocasiões o número de viaturas da base que cobriam a área da Rua Nova

superava ou iguala ao número de viaturas, que deveriam cobrir um território muito maior de responsabilidade das CIPMs.

Nessa conjuntura, para que os recursos das BCS fossem mantidos e para que o policiamento comunitário fosse efetivado, seria necessário uma autonomia por parte do gestor, que só seria capaz se as unidades fossem desmembradas das Companhias Independentes de Polícia Militar, dessa forma, as unidades poderiam pleitear recursos junto ao Estado para as ações sociais que não contam com orçamento. Do ponto de vista legal, os projetos sociais desempenhados pela PM não se configuram na função da corporação, o que impossibilita fundos para as ações junto ao território, que normalmente são patrocinadas pela iniciativa privada.

Outra lacuna institucional foi a distância do Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da BCS Rua Nova. Esse pode ser considerado como um problema crônico de uma cultura organizacional recorrente no Estado da Bahia, em que os avanços nas instituições da capital são mais evidentes do que no interior. As BCS da capital, por serem consideradas referências, e por estar geograficamente mais próxima do comando geral da corporação, tendem a receber maior atenção, desde recursos materiais e financeiros para suas atividades, até a qualificação profissional através de cursos ministrados na área. Observei também, durante o processo, que o DPCDH fez a sua primeira visita na BCS Rua Nova após um ano e meio na inspeção de policiais do Japão que vieram avaliar a qualidade do nosso modelo. Julgo que essa distância seja muito prejudicial para a efetivação do atual paradigma da segurança pública, pois impede que os direcionamentos e intervenções sejam sistêmicos. Observo as BCS da Bahia bastante dispersas, sendo necessária a sistematização das ações, trocas de experiências constantes e cursos de capacitação que promovam a integração das unidades.

A impressão, longe do ideal, é a de que os resultados obtidos da BCS Rua Nova foram para além do êxito nos índices de criminalidade, e, conseguiram, de forma parcial, materializar a implementação do policiamento comunitário no território, sendo que este processo ainda se encontra em andamento.

O histórico de violência criminal na localidade, por ter sido muito intenso, acabou resultando dois efeitos: a aversão da polícia por parte de alguns

moradores e o efeito surpresa, no qual considerável parcela da comunidade reconhece que houve – mesmo deixando a desejar – uma mudança de postura na corporação, ocasionada pela pequena parcela de policiais que se identificam com a proposta de policiamento comunitário, juntamente com outro grupo de militares, que mesmo não corroborando com a filosofia de Polícia Comunitária por conta das relações de poder da corporação, procuram cumprir as diretivas do comandante. Mesmo representando a minoria no contingente, estas duas categorias de policiais conseguem provocar um impacto positivo na população, pois no imaginário coletivo do bairro seria inconcebível uma aproximação fomentada por ações sociais desenvolvidas pela própria polícia, como explícita Greene (2002) ao sugerir que o policiamento comunitário muda radicalmente a relação entre a polícia e o público, ao enfrentar os problemas em conjunto.

Sendo assim, identificamos como hipótese para auxiliar no desenvolvimento de resultados efetivos a criação de um departamento de Polícia Científica na corporação. Embora a PMBA ter adotado o Sistema Koban dos Japão, não foi feito o mesmo com o departamento de Polícia Científica japonês no sentido de gerar estudos amplos para diagnosticar os percalços que impedem a evolução da segurança pública.

Atualmente a sociedade brasileira está diante de um momento delicado da segurança pública. Este fenômeno é expresso pela crise no sistema penitenciário, resultado da guerra comercial entre facções do crime organizado pelo controle do tráfico de drogas e um formato anacrônico de policiamento abalizado na ostensividade, na repressão ao crime, e na busca da redução dos índices de criminalidade que priorizam o uso da força e de um aparato militarizado se mostrando historicamente ineficiente e superado para “combater” a nova configuração dos inúmeros tipos de crimes e violências. Em virtude dos aspectos analisados nessa dissertação, apesar da pouca concordância em relação às razões da insatisfação e falência do modelo, existe um consenso entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada. O atual sistema de segurança pública do Brasil deve ser reconfigurado, pois o mundo contemporâneo exige um modelo, que atenda os anseios democráticos e que concomitantemente se enquadre dentro das contradições sociais inerentes ao capitalismo.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO QUALITATIVO PARA O COMANDANTE DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA RUA NOVA

- 1- Qual o objetivo principal da Base Comunitária de Segurança na Rua Nova?
- 2- Quais as principais dificuldades para a efetivação do policiamento comunitário, a nível de:
  - a) Território (Rua Nova);
  - b) Contingente Militar;
  - c) Estrutura operacional;
  - d) Comunidade local;
- 3- Como o contingente policial opera para a resolução dos problemas supracitados?
- 4- Quais as medidas efetivas para sanar a criminalidade?
- 5- Em sua análise, qual a visão da Rua Nova em relação a BCS?
- 6- O Sr. considera que a sensação de segurança da comunidade Rua Nova aumentou?
- 7- Qual sua avaliação sobre a receptividade da comunidade às ações da Polícia Comunitária?
- 8- Há proposta de transformação social para melhorar a vida dos cidadãos? Quais?
- 9- Qual a sua avaliação sobre os resultados obtidos com a instalação da BCS Rua Nova?
- 10- O (a) Sr. acredita na Polícia Comunitária? Porque?

## QUESTIONÁRIO QUALITATIVO PARA PRAÇAS DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA RUA NOVA

1. O (a) Sr. (a) se considera um policial comunitário ou tradicional?
2. Existe vantagem em praticar o policiamento comunitário? Quais?
3. Como ficou a relação entre polícia e cidadão após ações de policiamento comunitário?
4. Houve diferença na relação com seus superiores dentro da corporação, após ingressar na BCS Rua Nova? Quais?
5. Quais os desafios para implantar o policiamento comunitário na Rua Nova?
6. O (a) Sr. (a) se sente ainda mais responsável com a Segurança Pública após se tornar um policial comunitário? Porque?
7. O fato da polícia ser militar trouxe algum obstáculo para o desenvolvimento do policiamento comunitário na Rua Nova?
8. O que o (a) Sr. (a) considera fundamental para que o policiamento comunitário obtenha êxito em suas ações?
9. O Sr. (a) identificou alguma mudança no efetivo de policiais, com o policiamento comunitário?
10. O Sr. (a) acredita na Polícia Comunitária? Porque?

## QUESTIONÁRIO QUALITATIVO PARA OS PARCEIROS DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DA RUA NOVA

1. Como e quando surgiu a idéia da parceria com a BCS Rua Nova?
2. O que esta parceria objetiva alcançar?
3. Em que consiste o trabalho de parceria com a BCS Rua Nova?
4. As reuniões com a BCS Rua Nova são freqüentes? Quem geralmente participa das reuniões?
5. Quais as pautas abordadas nas reuniões com a BCS Rua Nova?
6. Na análise do (a) Sr. (a) a BCS Rua Nova conseguiu estabelecer uma rede de cooperação em favor da comunidade? Como?
7. Enquanto parceiro da BCS, a (a) Sr. (a) financia ou já financiou o policiamento comunitário em sua implementação?
8. Houve problemas para a instauração do policiamento comunitário no bairro? Quais?
9. Como parceiro, quais demandas são apresentadas à BCS Rua Nova?
10. Qual tem sido a relação da “comunidade” com os policiais?
11. Como a associação faz para envolver a “comunidade” nas ações da BCS Rua Nova?
12. Qual forma de aproximação dos policiais com a “comunidade”?
13. Como a associação avalia as ações sociais promovidas pela BCS RuaNova?
14. Existe vantagem de ter policiamento comunitário no bairro? Diminuiu a criminalidade? Aumentou a segurança?
15. O (a) Sr. (a) acredita na Polícia Comunitária? Porque?

## QUESTIONÁRIO QUALITATIVO PARA OS MORADORES DA COMUNIDADE RUA NOVA

1. Existem associações comunitárias neste bairro?
2. O (a) Sr.(a) faz parte das atividades ou reuniões de alguma associação?
3. O (a) Sr.(a) se sente seguro como morador do bairro Rua Nova?
4. Qual o horário que o (a)Sr(a) se sente mais seguro ao andar nas ruas de seu bairro? Porque?
5. Como o (a) Sr. (a)avalia a criminalidade no seu bairro nos últimos12meses?
6. O (a)Sr.(a)confia nas ações da polícia militar em seu bairro?
7. Qual foi o tratamento dispensado pela polícia, em seu último contato com os policiais?
8. O que o (a)Sr.(a) espera da polícia?
9. Como o (a)Sr.(a) avalia o trabalho dos policiais no últimoano?
10. O(a)Sr.(a)conhecealgumação socialdesempenhadopelapolíciaemseubairro?
11. O (a)Sr.(a) sabe o que é Polícia Comunitária?
12. O (a) Sr. (a) acredita na Polícia Comunitária? Porque?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA. **Polícia Militar da Bahia**. *Portaria no 106-CG/12*. In: *Boletim Geral Ostensivo no 244, de 27 de dezembro de 2012*, p. 7597-7611. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=2089:bgo-244-27-dez-12&id=127:dezembro&Itemid=598&start=15](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=2089:bgo-244-27-dez-12&id=127:dezembro&Itemid=598&start=15)>. Acesso em 07/04/2016.
- BAHIA. **Secretária de Comunicação Social – SECOM**. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2012/01/107254/Governador-anuncia-mais-12-Bases-Comunitarias-de-Seguranca-na-Bahia.html>.2012.
- BAHIA. Secretaria de Prevenção a Violência. **Nota Técnica de Implantação da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova**. Salvador: Secretaria da Segurança Pública,2014.
- BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estadual da Segurança Pública– PLANESP**. Governo da Bahia - 2012 a 2015/ Secretaria da Segurança Pública. - Salvador: Secretaria da Segurança Pública, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. 2ª Edição, 1ª reimp. – São Paulo: EDUSP, 2006.
- BEATO,Cláudio C. **“Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability”**, in MELO, M. A. (org.) *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife: Massangana, 1998.
- \_\_\_\_\_, Cláudio C. **Informação Desempenho Policial. Teoria & Sociedade**. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Disponível em:<http://www.crisp.ufmg.br/InfoPol.pdf>
- CANO, Ignácio. (coord) **‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratóriado impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ LAV-UERJ,2012.
- CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- COHEN, Anthony P. **A construção simbólica da comunidade**. Londres e Nova York: Routledge,1985.
- COLONOMOS, A. **Emergence d'un objet et perspectives internacionalistes**. In: CHARILLON, F. et al. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Artigo 144**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_144\\_a\\_sp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_a_sp). Acessado em: 04 de fevereiro de 2016.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e controle sobre a polícia. A experiência norte-americana**. São Paulo: IBCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), 2000.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970 - 1996**. Salvador, 1998. 189 p Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

GREENE, Jack R. **Avaliando as Estratégias Planejadas de Mudança no Policiamento Moderno: Implementando o Policiamento Comunitário**. In: Como Reconhecer um bom Policiamento: problemas e temas/ Jean Paul Brodeur (org); trad. Ana Luíza Amêndola Pinheiro - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.4).

HENRIQUES, R. & RAMOS, S. **UPP Social: Ações sociais para consolidar a pacificação**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>. acessado em 07/04/2016.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

KAHN, Túlio. **Velha e Nova Polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual**. São Paulo: Editora Sicurezza, 2002.

LEITE, Marta P. **Novos Regimes Territoriais em Favelas Cariocas**. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

MASTROFSKI, Stephen D. **Policiamento Comunitário e Estrutura da Organização Policial**. In: Como Reconhecer um bom Policiamento: problemas e temas/ Jean Paul Brodeur (org); trad. Ana Luíza Amêndola Pinheiro - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 4).

MARINHO, Karina R.L. **Mudanças Organizacionais na Implementação do Policiamento Comunitário**. Dissertação apresentada à Fafich/UFMG como requisito parcial à obtenção do título de mestre em sociologia: Belo Horizonte, 2002. Disponível em: [http://www.crisp.ufmg.br/dissertacao\\_karina.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/dissertacao_karina.pdf)

MARTINS, H. & CASTRO, D. **Violência, criminalidade, insegurança e avaliação da segurança pública em Feira de Santana, Ba**. Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social – GPECS/UFRB. 2015.

MOORE, Harrisson Mark, **“Policiamento Moderno”**. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval, (org); trad. Jarcy Cardia Ghiretti – São Paulo, Edusp, 2003.

MORIN, Edgar, **Ciência com consciência**. Tradução de Maria 8'1 ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. **As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro**. In Comunicações do ISER nº 67 ano 31, 2012.

ROSENBAUM, Denis P. **A mudança no papel da polícia: Avaliando a Transição para Policiamento Comunitário**. In: Como Reconhecer um bom Policiamento: problemas e temas/ Jean Paul Brodeur (org); trad. Ana Luíza Amêndola Pinheiro - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 4).

World Health Organization. **Global Status Report on Violence Prevention 2014**. Geneva: WHO, 2014.

SILVA, André Ricardo Guimarães da. **Uma análise da Portaria 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban**. Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, Faculdade de Direito – 2014.

SKOGAN, Wesley G. **Participação da Comunidade e Policiamento Comunitário**. In: **Como Reconhecer um bom Policiamento: problemas e temas**/ Jean Paul Brodeur (org); trad. Ana Luíza Amêndola Pinheiro - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 4).

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões Práticas Através do Mundo**; tradução de Ana Luiza Amêndola Pinheiro. 1ª Edição, 1ª reimp. – São Paulo: EDUSP, 2006.

SOARES, Luis Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados, 21 (61). São Paulo, 2007.

SOUZA, de Elenice. **Como tornar o Policiamento Comunitário Viável na Prática**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

TÖNNIES, F. **Comunidade e sociedade: textos selecionados**. In: MIRANDA, O. (Org.). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 231-342.

ZALUAR, Alba. **Dilemas, desafios e problemas da UPP no Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa). Londres: King's College, 20-23 de agosto de 2014.

ZAVERUCHA, Jorge & NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira. **O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco**. Pernambuco. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2015 - pp.235-252.

